

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO**

**A “MULHER ARRASTADA”: A CONSTRUÇÃO DA
REPRESENTAÇÃO DO CASO CLAUDIA SILVA
FERREIRA EM TRÊS JORNAIS DA REGIÃO
SUDESTE DO BRASIL**

MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO

Arianne Teixeira de Lima

Santa Maria, RS, Brasil

2015

A “MULHER ARRASTADA”: A CONSTRUÇÃO DA
REPRESENTAÇÃO DO CASO CLAUDIA SILVA FERREIRA EM TRÊS JORNAIS DA
REGIÃO SUDESTE DO BRASIL

Arianne Teixeira de Lima

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social – Jornalismo da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do grau de **Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.**

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ada Cristina Machado Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências da Comunicação
Curso de Comunicação Social – Jornalismo**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia

**A “MULHER ARRASTADA”: A CONSTRUÇÃO DA
REPRESENTAÇÃO DO CASO CLAUDIA SILVA FERREIRA EM TRÊS
JORNAIS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL**

elaborada por
Arianne Teixeira de Lima

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo

COMISSÃO EXAMINADORA:

Ada Cristina Machado Silveira, Dr^a (UFSM)
(Presidente/ Orientadora)

Márcia Franz Amaral, Dr^a (UFSM)

Fernanda De Araújo Patrocínio, Mestranda (UFSM)

Santa Maria, 14 de dezembro de 2015.

In memoriam de meus avos João Vergilino Teixeira,
Maria Emiliana da Silva Teixeira
e Noêmia Silva de Lima

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família materna e paterna. Especialmente, ao meu pai Antonio, a minha mãe Adriana, ao meu irmão Alexandre e ao meu avô José Alves de Lima, que durante todo o processo de produção deste trabalho, me deram força e estímulo para concluir esta etapa de minha vida.

À Ada, por aceitar ser minha orientadora e por acreditar em meu potencial, mesmo nos momentos em que eu não acreditava. Quero que saibas que o teu estímulo, teu conhecimento acadêmico e a tua pessoa foram essenciais também para que eu concluísse esse trabalho.

Ao coletivo Juventude Negra Feminina de Santa Maria, por ser à base da minha formação como militante do Movimento Negro. Sem dúvida alguma, estar no coletivo influenciou na escolha do tema desta monografia, pois percebi que poderia contribuir de alguma forma para os debates sobre as relações da população negra com a mídia. Espero que este trabalho sirva de ponto de partida para novos pensamentos críticos sobre o tema.

Aos meus amigos Thais Saccol, Edimar Oliveira, Clara Sitó, Gabriele Wagner, Camila Buzzati, Luiza Martins, Felipe Laud, Rafael Rangel, Pâmela Cezar e aos demais, que antes e durante os anos de graduação, me proporcionaram momentos de alegria, choro, sucesso e realização. Sempre apoiando minhas escolhas e brigando, quando necessário.

Aos integrantes do Ecolândia, por todas as experiências que me proporcionaram durante esses quatros que estive como voluntária do projeto. Grande parte do meu conhecimento sobre produção para rádio surgiu com este trabalho e grandes amizades também. Dedico um agradecimento especial ao sonoplasta Otacílio Neto.

Aos colegas de curso, com os quais vivi momentos intensos e trabalhosos durante a graduação. Especialmente, ao Eduardo Molinar, Diossana Costa, Eduardo Simioni, Paola Spencer, Thiago Trindade, Laura Moura, Francys Albrecht e Francielli Campestrini. Agradeço por toda a força que me deram e espero que nos vejamos em breve no mercado de trabalho.

Aos colegas e professores de inglês do CCAA, que me proporcionaram momentos de muito aprendizado e risadas durante a produção desta monografia. Especialmente, a Mariana Porto, Adriana Amarante, Isabel Marin, Isabella Bittencourt, Bruno Lazzaretti, Louise Nunes, Samantha Borges, Caroline Bresciani, Raiana Ruviaro, Camila de Mattos e Larissa Neves.

Aos colegas de trabalho da Assessoria de Imprensa da UFSM e da Rádio Universidade, agradeço por todo o aprendizado e experiências que me proporcionaram. Especialmente à Graziela Braga, Laura Hartmann, Júlio Graef e Jordan Junges.

Existe um conceito de que na favela todo mundo é bandido. Mas lá também tem muito trabalhador, como eu e a Claudia era. As pessoas de bem não podem pagar pelo mal. Está na hora disso acabar. Não pode a polícia chegar na comunidade, dar tiro, matar morador e depois, botar (no registro de ocorrência) que foi troca (de tiros).

(Alexandre Fernandes da Silva, viúvo de Claudia Silva Ferreira)

RESUMO

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Comunicação Social – Jornalismo
Universidade Federal de Santa Maria

A “MULHER ARRASTADA”: A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO CASO CLAUDIA SILVA FERREIRA EM TRÊS JORNAIS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL

AUTORA: ARIANNE TEIXEIRA DE LIMA

ORIENTADORA: ADA CRISTINA MACHADO SILVEIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 14 de dezembro de 2015.

A presente monografia de conclusão de curso tem como objetivo analisar a construção da representação do caso Claudia a partir das coberturas jornalísticas, realizadas por três jornais da região sudeste do Brasil durante 2014 e 2015. A vítima, a auxiliar de serviços gerais Claudia Silva Ferreira foi baleada no Morro do Congonha durante uma atividade da Polícia Militar do Rio de Janeiro e arrastada por 250 metros na Estrada Intendente Magalhães, após seu corpo deslizar pelo porta-malas do camburão policial. Inicialmente, divulgado via Whatsapp por populares, o caso ganhou destaque pela mídia tradicional de forma superficial. O problema de pesquisa encontra-se fundamentado na pergunta “Por que a vítima Claudia Silva Ferreira foi denominada na cobertura jornalística apenas como “mulher arrastada”, quando casos semelhantes receberam tratamento diferente?”. Para analisar adequadamente a representação de Claudia foram escolhidos os jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, nos quais é utilizado o termo “mulher arrastada” e o jornal O Globo, que se refere ao ocorrido como o Caso Claudia. Entre os objetivos específicos deste trabalho se encontram os de indagar se as condições socioeconômicas da vítima e dos autores do crime interferem na produção da notícia e argumentar sobre o uso da tipificação como uma estratégia de esquecimento e banalização do acontecimento. Utilizando a Análise Sociosemiótica como aporte metodológico, esta monografia busca responder as questões levantadas durante sua produção e demonstrar através da análise das 59 matérias coletadas, se houve a intenção por parte da mídia de problematizar o caso.

Palavras-chave: Caso Claudia. Mulher arrastada. Representação.

ABSTRACT

Monograph of course
Social Communication Course
Federal University of Santa Maria

THE “DRAGGED WOMAN”: THE CONSTRUCTION OF THE REPRESENTATION OF CLAUDIA SILVA FERREIRA’S CASE IN THREE REGIONAL NEWSPAPERS OF SOUTHEASTERN BRAZIL

AUTHOR: ARIANNE TEIXEIRA DE LIMA

ADVISOR: ADA CRISTINA MACHADO SILVEIRA

Date and place of qualification: Santa Maria, December 14th, 2015.

The present monograph of course has as objective to analyze the construction of the representation of the case Claudia in news coverage, carried out by three newspapers of southeastern Brazil during 2014 and 2015. The victim, the assistant general services Claudia Silva Ferreira was shot in Morro do Congonha in a Military Police of Rio de Janeiro activity and dragged for 250 meters in the Intendent Magalhães Road, after that her body slid of the trunk of the police paddy wagon. Initially, released via Whatsapp by popular, the case was highlighted by traditional media superficially. The research problem is based on the question “Why Claudia Silva Ferreira victim was named in press coverage only as ‘dragged woman’ when similar cases received different treatment?”. Properly to analyze the representation of Claudia were chosen the newspapers Folha de São Paulo and Estado de São Paulo, where it’s used the term "dragged woman" and newspaper O Globo, which refers to what happened as case Claudia. Among the specific objectives of this study are the question whether the socioeconomic conditions of the victim and offenders interfere in news production and the discussion about use of classification as a strategy to omission and trivialization of the event. Using the Sociossemiótica analysis as a methodological approach, this monograph seeks to answer the questions raised during your production and demonstrate by analyzing of the 59 news collected, if there was intention on the part of the media discuss the case.

Keywords: Case Claudia. Dragged woman. Representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dados sobre encarcerados e vítimas de homicídio no Brasil.....	27
Figura 2 - Matéria “Dilma se solidariza com a família de mulher arrastada por PMs no Rio”.....	32
Figura 3 - Matéria “Dilma diz que morte de mulher arrastada por PMs chocou o País”.....	33
Figura 4 - Matéria “Dilma diz que morte de Cláudia, arrastada por viatura, ‘chocou o país’.....	34
Figura 5 - Matéria “Cabral promete indenizar família de mulher arrastada”.....	44
Figura 6 - Matéria “Se não fosse o vídeo, a morte de Claudia seria só mais uma, diz viúvo”.....	44
Figura 7 - Matéria “PMs são presos após arrastar vítima de bala perdida na rua”.....	47
Figura 8 - Matéria “PMs que estavam em viatura que arrastou mulher no Rio são presos”.....	47
Figura 9 - Contrato de Comunicação.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matérias sem autoria identificada.....	48
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O JORNALISMO NO BRASIL E SUAS ESTRATEGIAS	13
1.1 Critérios de noticiabilidade.....	14
1.2 Raça, classe social e a mídia.....	16
1.3 Mídia e a influência social.....	17
2 A POPULAÇÃO NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA	20
2.1 A população negra no Rio de Janeiro.....	21
2.2 A favela e a população negra.....	24
2.3 A violência e a população negra.....	26
3 CASO CLAUDIA SILVA FERREIRA	29
3. 1 A repercussão do caso em três jornais de influencia no país.....	30
3.1.1 Jornal Folha de São Paulo.....	31
3.1.2 Jornal O Estado de São Paulo.....	32
3.1.3 Jornal Globo.....	34
4 A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DE CLAUDIA SILVA FERREIRA NOS JORNAIS ANALISADOS	36
4.1 Análise sociosemiotica.....	37
4.1.1 Análise sociosemiotica das matérias produzidas pelos jornais sobre o caso.....	38
4.1.2 Matérias de conteúdo repetido em um mesmo jornal.....	43
4.1.3 Matérias de conteúdo semelhante entre os três jornais.....	45
4.1.4 Matérias sem autoria identificada.....	48
4.2 A tipificação “A Mulher arrastada”.....	50
4.2.1 A tipificação e o esquecimento.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

Perante os diversos casos de violência policial contra a população negra e a pouca visibilidade desses acontecimentos, a presente monografia de conclusão de curso (TCC) apresenta o Caso Claudia Silva Ferreira, uma vítima da Polícia Militar que teve o corpo arrastado pela Estrada Intendente Magalhães no Rio de Janeiro em março de 2014.

Devido à brutalidade do acontecimento, o caso ganhou a visibilidade da mídia. Mas de uma forma inusitada: Claudia passou a ser nomeada como a “mulher arrastada” por diversos jornais brasileiros. O fato de um caso semelhante, o caso de João Hélio (garoto de classe médio, sete anos, que também teve seu corpo arrastado em um bairro nobre do Rio de Janeiro em 2007) ter recebido um tratamento midiático diferente ao de Claudia, foi suficiente para que questões importantes sobre as construções de representações no jornalismo e sobre a mídia tradicional fossem levantados.

Portanto, o problema de pesquisa deste trabalho encontra-se fundamentado em duas perguntas: “Por que a vítima Claudia Silva Ferreira foi denominada na cobertura jornalística apenas como “mulher arrastada”, quando casos semelhantes receberam tratamento diferente?”. Com base nesta pergunta, é possível destacar que objetivo do trabalho é analisar a construção da representação da vítima como “mulher arrastada” em matérias produzidas por três jornais influentes do Brasil: a Folha de São Paulo, o Globo e o Estado de São Paulo.

Constatar se o uso da tipificação “mulher arrastada” foi utilizada com o intuito de desvalorizar o acontecimento ou levá-lo ao esquecimento da mente da população, devido às autoridades envolvidas e pelas características da vítima (negra, moradora de favela e auxiliar de serviços gerais) faz parte dos objetivos específicos. Assim como questionar se, de fato, questões como a classe social, a raça, a origem da vítima e os envolvidos influenciam na construção da notícia, na representação da vítima como “apelo por mudanças” ou apenas mais um dado e na problematização do caso pela mídia na sociedade.

Pois, é preciso compreender que a realização dessa análise de representação deve contribuir para a compreensão do motivo pelo qual, na construção da matéria, a escolha pelo uso de tipificações (mulher arrastada) ou o próprio nome da vítima (Caso João Hélio) interfere na assimilação do assunto e das informações por parte do leitor.

Com relação às mortes midiáticas, a partir do pressuposto de que grande parte dos acontecimentos midiáticos é selecionada por algum motivo ou necessidade. Seja ele o de comover a população ou de chamar atenção para um acontecimento de relevância pública.

Deve-se indagar sobre uma midiaticização sem problematização no Caso Claudia. Uma vez que, a discussão sobre a redução da maioria penal que surge com a morte de João Pedro teve maior destaque que a desmilitarização da polícia militar.

Por parte de minha motivação pessoal, penso na análise do tema como uma contribuição para o movimento negro do qual participo. Ativista da Juventude Negra Feminina de Santa Maria (JUNF) há três anos, pesquisei informalmente sobre os diversos casos de assassinato do povo afrobrasileiro e a sua visibilidade na mídia, que só destaca mortes em favela através de dados e/ou porcentagens. Fortalecendo a ideia de que a mídia, em muitos momentos, trabalha com enquadramentos de realidade que não visam humanizar ou problematizar estes acontecimentos.

Portanto, conceitos referentes à representação do negro na mídia (Rosane Borges e Roberto C. S. Borges), a palavra como símbolo vazio de sentido (Mikhail Bakhtin) e o uso de tipificações (Peter L. Berger e Thomas Luckmann) compõem o referencial teórico deste trabalho. Para analisar matérias referentes ao período de março de 2014 (morte de Claudia) até março de 2015 (últimas informações sobre o caso) nos três jornais online escolhidos, foi utilizada a análise sociosemiótica do discurso em conjunto com o contrato de comunicação de Charaudeau.

O primeiro capítulo intitulado *O jornalismo no Brasil e suas estratégias*, propõe apresentar um recorte da história do jornalismo no país e uma reflexão sobre como ele está estruturado. Assim como seus critérios de noticiabilidade, sua relação com questões sociais e seu papel como conscientizador social.

No capítulo *A população negra em sociedade*, o espaço destinado a população negra no início dos tempos é analisado historicamente, para que as relações entre a população negra, a violência e a favela no Rio de Janeiro sejam pensadas criticamente.

Em *Caso Claudia Silva Ferreira*, o ocorrido é descrito e sua repercussão através dos três jornais de influência no país são explicadas, separadamente.

Enfim, o último capítulo *A construção da representação de Claudia Silva Ferreira nos jornais analisados* deve se dividir em duas partes: a primeira, com foco na análise sociosemiótica das matérias selecionadas e a aplicação do contrato de comunicação de Charaudeau nos sujeitos apresentados por elas. E a segunda parte, com o intuito de argumentar sobre o uso tipificação a “mulher arrastada” e a sua ligação com o esquecimento.

1 O JORNALISMO NO BRASIL E SUAS ESTRATÉGIAS

Dos relatos orais em sociedade, tem início o jornalismo. Tendo como essência as ideias de conhecimento e onipresença com relação a acontecimentos por todo o mundo, o jornalismo pode ser pensado como uma necessidade natural do homem que, ao longo do tempo, passou por transformações.

Sendo essa primeira transformação, a transição do “jornalismo oral” para o impresso. Nesse ponto, a escrita passa a ser a nova técnica a tornar possível a disseminação de informação em sociedade, sendo utilizada em suportes como tabuas de ferro sumérias, tabuletas de marfim, peles, tira de chumbo, papiros, etc, até o advento do papel no século X.

Por volta do século XVI em Veneza, surgem as gazetas. Basicamente, a origem dos jornais que conhecemos atualmente. As gazetas eram manuscritas, tinham periodicidade e seu formato era de um pequeno fólio, resultado de quatro páginas em frente e verso, dobradas ao meio.

Em Portugal no ano de 1813, o termo “jornal” passa a ser utilizado para denominar periódicos com notícias ocorridas durante uma jornada. Os primeiros registros de materiais impressos no Brasil surgem durante o período colonial.

Dirigido por Hipólito da Costa, o jornal Correio Brasiliense era escrito em português, mas impresso em Londres. Com o passar do tempo, um jornal produzido em terras brasileiras se tornou uma necessidade. Surgia então, em 1808, a Gazeta do Rio de Janeiro. E mais tarde, os jornais Correio, Aurora Fluminense, A Gazeta do Brasil, Observador Constitucional e A Tribuna.

Durante o período abolicionista, diversos jornalistas ligados ao ativismo negro problematizavam nas redações sobre o processo pelo qual esta população estava passando no país. Sendo um dos principais deles, Luiz Gama. Jornalista e ativista do movimento negro, Gama ajudou a fundar o Jornal Radical Paulistano em parceria com Rui Barbosa em 1869. Este periódico tecia críticas aos partidos conservadores, se destacando como um jornal alternativo. Suas matérias buscavam dar visibilidade a população negra ao contrário dos demais jornais. O que deixa claro que os posicionamentos políticos e sociais dos jornalistas e do veículo de comunicação influenciam na produção da notícia.

Sobre a segunda transformação, trata-se do jornalismo através dos meios eletrônicos de comunicação. A partir deste período, os jornais impressos passam a ser uma das opções

que a população brasileira possui para se informar. Junto com o rádio (a partir de 1922) e a televisão (em 1950).

Desde “sua forma tradicional, nas democracias, o jornalismo representa e divulga acontecimentos, além de comentar, analisar e opinar” (COSTA, 2009, p. 27). Assim como “o jornalismo, exatamente fazendo a integração dos indivíduos, no papel social que a sociedade lhes oferece, é um instrumento de reforço da ordem vigente.” Ou seja, o jornalismo não apenas representa uma realidade como precisa apresentá-la em ordem. Basicamente, um processo que requer estratégias de funcionamento que garantam a credibilidade dos fatos, ou seja, a sua objetividade. Pois, “a objetividade traça os métodos que o jornalista deve seguir.” (TRAQUINA, 2004, p.141)

A objetividade não preza pela inexistência da subjetividade do jornalista, mas sim pela pelo cuidado na hora de produzir ou construir a notícia. Tecnicamente, um ponto imprescindível, uma vez que, se tem conhecimento, que

Até o começo do século XX, os jornais eram essencialmente opinativos. Não que a informação / notícia estivesse ausente das páginas. Mas a forma como era apresentada é que era. As reportagens não escondiam a carga panfletária, defendendo explicitamente as posições dos jornais (e de seus donos) sobre os mais variados temas. As narrativas eram mais retóricas do que informativas (PENA, 2007, p.41).

Consequentemente, a possível solução para esses problemas seria adotar medidas que padronizassem as estruturas de notícias e facilitassem não apenas a vida do leitor como também a do próprio jornalista. Estratégias como o uso do lead, a pirâmide invertida, o uso da fala de fontes e o estabelecimento de valores-notícia. Esse último que está ligado diretamente à ideia de noticiabilidade, “a aptidão potencial de um fato para se tornar notícia” (HOHLFELDT, 2001, p. 208).

1.1 Critérios de noticiabilidade

Como parte das estratégias jornalísticas, os critérios de noticiabilidade são regras pré-estabelecidas sobre o que se pode considerar notícia. Além de reunir um “o conjunto de qualidades dos acontecimentos que permitem uma construção narrativa jornalística e que os recomendam enquanto informação jornalística” (HOHLFELDT, 2001, p.209).

Essencialmente, a noticiabilidade está ligada aos valores-notícia jornalísticos, que compõe cinco categorias. E são elas, segundo Hohfeldt (2001, p 209 – p. 214), substantivas, relativas ao produto, relativas aos meios de informação, relativas ao público e relativas à concorrência.

As categorias substantivas englobam os acontecimentos e seus personagens. Levando em consideração a importância, grau dos envolvidos, o impacto da notícia sobre a sociedade, a quantidade de pessoas envolvidas, a relevância e as consequências do notícias. Assim como o interesse relacionado à capacidade de entretenimento, o interesse humano em si e o equilíbrio.

Com o foco na notícia, a categoria relativa ao produto é referente à ociosidade de material jornalístico como a brevidade, o desvio de informação, a atualidade da informação, a exclusividade, a qualidade do material e o equilíbrio da edição. A essência do produto informativo também é avaliada nessa categoria, assim como o seu potencial de dramaticidade e sua capacidade de entretenimento.

Na categoria relativa aos meios de informação, o tempo de veiculação do material é o mais importante, seguindo os critérios de bom equilíbrio entre material visual e texto verbal, a continuidade da cobertura sobre o fato e a formatação da narrativa jornalística.

O cuidado com tempo de veiculação está ligado também à relação do meio de comunicação com o seus receptores, o qual se encontra na categoria relativa ao público. Neste grupo, dois pontos são importantes também: a clareza da estrutura narrativa e a objetividade.

E a última categoria é relacionada aos veículos e seus concorrentes. Basicamente, esse grau abrange pontos relacionados à publicação ou não de determinados fatos, a busca pelo furo de reportagem ou exclusividade e a produção jornalística da notícia (apuração, seleção, edição e divulgação).

Enfim, são esses critérios de noticiabilidade que possibilitam caracterizar a produção da notícia como determinada, uma vez que, ela também está pautada sobre uma política cultural ilógica, aparentemente. Mas que tem como função legitimar fatos e acontecimentos. É importante lembrar que “os valores-notícia (*news value*) não podem nem devem ser analisados isoladamente. Na verdade, eles se combinam sempre quanto infinitos compostos, só verificáveis após sua concretização, ou seja, apenas depois que um evento se tornou notícia” (HOHFELDT, 2001, p.208).

1.2 Raça, classe social e a mídia.

Essencialmente, a mídia é

um sistema de circulação de informações através de vastas redes de distribuição da notícia, que estão superpostas a todas as formas de cultura local, de crença e de escolha original e interior, criando amplas regiões homogêneas de conhecimento comum (RODRIGO ALSINA, 2012, p. 53).

Ou seja, é através dela, que as representações de realidade criadas pelo jornalismo são estabelecidas e reforçadas repetidamente pelos veículos de comunicação como verdadeiras. Mas essas representações não abrangem apenas o âmbito jornalístico. Com base na função social atribuída ao jornalismo, essas construções também passam a indicar as posições que os indivíduos de raças e classes sociais distintas devem ocupar na sociedade. Pois, esta ordem é estabelecida por uma parcela da população brasileira, que é de interesse dos meios de comunicação ou muitas vezes, faz parte da mesma classe social daqueles que comandam estes meios.

Fato que pode ser pensado como um problema. Uma vez que, segundo Rodrigo Alsina (2012, p. 65), “a mídia não reflete a sociedade, mas a representa. Nessa representação nem todos os agentes sociais recebem o mesmo tratamento jornalístico em quantidade nem em qualidade.” Ou seja, os problemas de uma determinada classe social não serão devidamente abordados por uma mídia que não tem como público-alvo esta classe, como é o caso da população negra e periférica em relação à mídia tradicional. Conseqüentemente, suas vítimas não terão o “protagonismo” na notícia. Pois, conforme Rodrigo Alsina (2012, p.65), “segundo as características sociopolíticas onde a mídia estiver inserida, dar-se-ão umas relações diferentes também na produção da notícia”.

Lógico que essas características implícitas na postura dos veículos de comunicação e nos discursos que estes produzem não são criticadas ou compreendidas por grande parte da população, que se apropria dos conteúdos produzidos sem refletir.

Ainda sobre os discursos midiáticos, é preciso compreender que estes são legitimados através do uso de padrões operacionais. Ou seja,

[...] falas e sotaques, vestimentas, modelos de beleza, procedência geográfica são balizas que conduzem a modos específicos de escrever, filmar e fotografar, ou seja,

de mostrar ou ocultar, que acaba, em última instância, de forma arbitrária e excludente, sintetizando o universal do homem. Tanto no Brasil quanto em outros países, os sistemas informativos demarcam e diferenciam o que é relatado/mostrado, estabelecendo sempre modelos e estilos de vida a serem seguidos (BORGES, 2012, p.182).

Entretanto, ao reforçar essa fala, a mídia não apenas impõe uma realidade “superficial”, como também impõe condições de inferioridade ou superioridade aos públicos. Com base nesse pressuposto, o público para o qual a mídia e seu jornalismo estão direcionados é composto por indivíduos brancos, de classe média ou classe média alta e de postura conservadora. Consequentemente, esse grupo será pensado como superior e seus interesses serão priorizados e problematizados.

Com relação aos demais grupos, a mídia se sujeita também a abordar algumas questões referentes às demais raças e classes sociais. Mas sobre uma visão diferente da qual são produzidas as demais notícias. Novamente, um exemplo deste ponto são as notícias sobre a população negra, de classe baixa e moradora de favela, na qual o foco tende a ser o tráfico de drogas ou os enfrentamentos entre a polícia e os considerados “bandidos”.

Tecnicamente, a mídia determina esse grupo como inferior, uma vez que, são mostrados como uma “ameaça” a sociedade composta pelo público. E simultaneamente, ela também passa a criar diversas representações antônimas que reforcem essa relação e permaneçam intactas dentro do seu processo de homogeneização.

1.3 Mídia e influência social

Alem da função básica de representar a realidade, a mídia deve também se comprometer em ser um espaço de conhecimento social e pluralidade. Uma vez que, “[...] fornece discursos a partir dos quais os grupos ou as classes constroem uma imagem das vidas, significados, práticas e valores de outros grupos ou classes sociais e sobre a sua situação com relação ao quesito globalidade” (RODRIGO ALSINA, 2012, p. 72).

Consequentemente, durante esse processo de construção de representações, a mídia exercer uma influência social. Este controle caracteriza-se, segundo Secord e Backman (apud GARCIA-MARQUES, s.a, p.201),

[...] como ocorrendo quando ‘as ações de uma pessoa são condição para as ações de outra’. Ou seja, podemos dizer que o comportamento de alguém foi influenciado socialmente quando ele se modifica em presença de outrem. É preciso notar que para

que esta definição se adequa ao campo da psicologia social onde se originou é necessário acrescentar que está ‘presença de outrem’ não é necessariamente real.

Ou seja, quando sob a influência social, o indivíduo é condicionado a situações de conformismo, obediência, inovação, entre outros. E quando ligada a mídia, estas ações são aplicadas através do conteúdo produzido. Seja uma matéria de jornal ou uma reportagem de televisão.

Ainda sobre a influência social da mídia, é preciso constatar que,

O homem social é alguém que vive numa realidade que adquiriu por empréstimo de entidades poderosas como os líderes, os grupos e os costumes. Daí que o comportamento emitido por essas entidades seja algo que os indivíduos utilizam docilmente para substituir a própria razão como sonâmbulos” (GARCIA-MARQUES, s.a, p.211).

Isto, pois, a tendência de grande parte da população é não enxergar a relação com a mídia como falsa e problemática. Na qual, convenções, representações e estereótipos de outros indivíduos são pré-determinadas.

Basicamente, é neste ponto que a influência social da mídia torna-se tão conturbada. Uma vez que, mesmo com a consciência de que a realidade criada em nada aborda a real situação, o indivíduo influenciado tem apenas duas opções: aceitar a verdade imposta ou se calar.

Ao que se refere à aceitação, os comportamentos básicos da influência social logo passam a ser reconhecidos nas atitudes ou reações de determinadas pessoas. Por exemplo, quando uma morte na favela é noticiada pela mídia, muitas pessoas não tendem a culpabilizar a polícia, alegando que eles estavam no “cumprimento do dever”. O que demonstra um nível de conformidade de grande parte da sociedade com a situação.

A influência social apresenta esta “face de domínio”, mas ela também possui algumas positivities. Portanto, é preciso estar atento aos fatos de que,

A realidade é uma construção social; a influência social é uma forma de negociação, a partir da qual se conserva ou modifica uma dada definição mais ou menos consensual da realidade; e as funções da influência não são apenas de controle social, são também as de mudança social (GARCIA-MARQUES, s.a, p.238).

Nestes pontos, a problematização de acontecimentos ou situações pela mídia é um grande exemplo de mudança. Uma vez que, a ideia de inovação que faz parte da influência

social é pensada como possível. Entretanto, é preciso lembrar que a problematização tende a ser usada apenas em assuntos de interesse do público midiático em questão.

Enfim, por mais ampla que a influência social da mídia possa ser, os moldes criados pelo Estado, veículos de comunicação e apoiadores seguirão utilizando apenas a função de controle social. Visto que, as pautas denominadas de “interesse público” devem ser mantidas por estes e a realidade criada deve ser preservada.

2 A POPULAÇÃO NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

No Brasil, a sociedade encontra-se firmada sobre a lógica de superioridade e inferioridade¹ proporcionada por questões econômicas e raciais. Quando relacionada diretamente a raça, a lógica deriva daquela estabelecida durante o regime escravocrata, na qual a relação entre negros e brancos era a de “senhores” e “escravos”. Basicamente, é a partir deste período que a situação da população negra, desfavoravelmente, passa a ser naturalizada em sociedade.

De acordo com Florestan Fernandes (1965, p.1), sobre o princípio de integração do negro em sociedade,

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 1965, p.1).

Entretanto, é necessário pensar que não foram apenas esses fatores que ocasionaram o não-desenvolvimento da população negra em sociedade no início dos tempos. No livro *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil - 120 anos após a abolição*, o economista Mário Theodoro (2008) argumenta que,

A consolidação da visão, de cunho racista, de que o progresso do país só se daria com o ‘branqueamento’, suscitou a adoção de medidas e ações governamentais que findaram por desenhar a exclusão, a desigualdade e a pobreza que se reproduzem no país até os dias atuais (THEODORO, 2008, p.15).

¹ Sobre a ideia de inferioridade racial, o pesquisador L.A Costa Pinto (1998) explica: “A inferiorização circular do negro na sociedade brasileira tem sido, entre nós, um fecundo filão de estereótipos raciais. Ela consiste no seguinte: o negro, historicamente colocado em posição econômica e social inferior, tem essa posição social explicada e justificada, pelos portadores do preconceito, como sendo um produto da inferioridade racial; essa opinião, por outro lado, gera e mantém estereótipos que funcionam como barreiras, quer de ordem objetiva, quer de ordem subjetiva, que impedem ou dificultam a ascensão social do negro, fazendo com que produtos do preconceito e da desigualdade de oportunidades sejam utilizados para a sua própria justificação” (PINTO, 1998) p.187).

Ainda no mesmo livro, a socióloga Luciana Jaccoud afirma no seu capítulo *Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil* (2008), que

[...] se a elite colonial brasileira não organizou um sistema de discriminação legal ou uma ideologia racista que justificasse as diferentes posições sociais dos grupos raciais, ela compartilhava um conjunto de estereótipos negativos em relação ao negro que amparava sua visão hierárquica de sociedade (JACCOUD, 2008, p.47).

Ou seja, infelizmente, a história da população negra na sociedade brasileira encontra-se entrelaçada a criação e fortalecimento de justificativas infundadas sobre este povo, que independente do estado brasileiro onde estivesse, teria basicamente a mesma condição de vida.

O presente capítulo deve abordar a população negra no Rio de Janeiro, por se tratar do estado onde Claudia Silva Ferreira residia e questões gerais sobre discriminação, violência e espaço de vivência, que podem ser aplicados a outros estados.

2.1 A população negra no Rio de Janeiro

Atualmente, a população do Rio de Janeiro é composta por 6.320.446 habitantes (IBGE, 2010), sendo que 73% deste número corresponde a população negra e parda deste local. Assim como em qualquer estado, o Rio de Janeiro possui um histórico social problemático com relação à população negra, uma vez que, as estratégias de desenvolvimento do Estado ligadas ao “esquecimento” desta população foram (e assim, são) utilizadas e justificadas.

Afinal, é preciso estar ciente de que,

[...] a abolição não significou o início da desconstrução dos valores associados às “designações de cor”. Não apenas se observou a continuidade dos fenômenos do preconceito e da discriminação racial, como esses foram fortalecidos com a difusão das teses do chamado “racismo científico”. A adoção, pela elite brasileira, de uma “ideologia racial” teve início nos anos 1870, tendo se tornado amplamente aceita entre as décadas de 1880 e 1920. A disseminação das teses racistas no Brasil e sua reconstrução na forma de uma ideologia racial ocorrem, assim, no período final da escravidão, quando estava em curso o processo de adaptação da sociedade à mudança do status jurídico dos negros (JACCOUD, 2008, p.48).

No livro *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudanças* (1998), o pesquisador L. A. Costa Pinto analisa as interações sociais, raciais econômicas entre negros e brancos durante o período de 1940 a 1950, momento em que o Rio de Janeiro era o Distrito Federal Brasileiro e as estruturais sociais pré-estabelecidas passavam a ser desconstruídas pela população menos beneficiada.

Durante esta época, os indivíduos negros da sociedade carioca possuíam condições econômicas limitadas, o que refletia diretamente nas condições de saúde, educação e moradia. Os índices de natalidade e mortalidade² desta população no período são um exemplo das condições de saúde descritas por Pinto.

Os índices diferenciais de natalidade e mortalidade têm também, naturalmente, sua parte de responsabilidade na diversa composição por idades dos grupos étnicos no Rio de Janeiro. [...] A menor mortalidade dos brancos e a maior mortalidade dos pretos resulta em que, embora nasça um menor número de crianças brancas, elas têm maior probabilidade de sobreviver; enquanto que embora nasça um maior número de crianças pretas, elas têm maior probabilidade de morrer (PINTO, 1998, p.78).

Com relação ao mercado de trabalho, a população negra submetia-se a trabalhos de baixa importância e destaque social, como o emprego doméstico³ e o emprego agrícola. Assim como ao “trabalho de subsistência, a marginalização consequente nas concentrações populacionais das grandes cidades, a autoexclusão” (MORAES, 2013, p.19).

Consequentemente, as relações sociais entre a população negra e branca se encontravam pautadas sob a ideologia de função e ocupação de cada indivíduo em sociedade. Pensamento este que predominaria no Rio de Janeiro durante um curto período, até que a

² Ainda sobre os índices de mortalidade das crianças negras cariocas: “Esta messe de nascimentos de crianças de cor é infelizmente ceifada em alta escala pela mortalidade infantil – e aqui, mais uma vez, a população de cor paga o doloroso tributo da posição inferior que ocupa no sistema de estratificação social da comunidade metropolitana. [...] Chega, portanto, a 20-25% a quota de crianças pretas e pardas que falecem antes de completarem o primeiro ano de vida, em consequência das baixas condições econômicas e culturais em que vive esse setor da população na Capital do País. Esses grupos de cor representavam, em 1950, mais de meio milhão de habitantes do Distrito Federal, a maior parte deles integrando as camadas mais pobres da população” (PINTO, 1998, p.83- 84).

³ Sobre o emprego doméstico, é importante destacar algumas observações de L.A Costa Pinto. Primeiro, “[...] o emprego doméstico, cuja significação para o nosso estudo resulta não apenas da importância estatística e do número elevado das que se dedicam a essa atividade mas também pela importância que isso tem no condicionar, desde a infância, atitudes e estereótipos na criança brasileira a respeito da posição “natural” da mulher de cor na sociedade” (PINTO, 1998, p.117). e segundo, que ““Entre as mulheres o maior número de empregadas domésticas encontra-se entre as pretas: em cada cem mulheres pretas presentes no Rio de Janeiro em 1940, 31, 47 eram empregadas domésticas; essa proporção era de 16,44 entre pardas e de 3,67 entre as brancas; em conjunto as pretas e pardas representavam 44, 63%, quase metade das empregadas domésticas no Distrito Federal. Isso demonstra que, no Rio de Janeiro, para a mulher de cor o emprego doméstico tem sido, e ainda é, a grande oportunidade de ocupação remunerada” (PINTO, 1998, p. 119).

ascensão social do negro carioca ganhasse força. E este indivíduo passe a conhecer o verdadeiro sentido por trás das estruturas socialmente construídas.

Sobre esta mudança, Pinto (1998) explica,

[...] a ascensão social do negro e o seu afastamento da posição tradicional que tem ocupado na sociedade brasileira, dentro da qual se formou a ideologia também tradicional do branco sobre a posição que o negro deve ocupar no sistema de posições sociais, está sendo o fator principal das discriminações que ele vem sofrendo, em escala crescente, nos últimos tempos, neste país (PINTO, 1998, p.277).

Pois, ainda segundo Pinto (1998),

No que se refere às relações de raças, no Brasil, o padrão social anterior, do qual estamos historicamente nos afastando, e que se caracterizava pela subalternização econômica, jurídica e psicológica da população de cor em todos os planos da vida nacional, só podia ser apontado como livre de preconceitos porque, dentro dele, o preconceito não tinha uma função definida na defesa de determinadas posições sociais, já que estas não estavam, ou não se sentiam ameaçadas pela mobilidade social dos elementos de cor que era praticamente nula. A subordinação objetiva da parte negra e mestiça da população e a lentidão com que ela subjetivamente reagia contra essa situação tornavam socialmente desnecessárias as atitudes discriminativas. Uma vaga tolerância, gerada pelas condições objetivas do paternalismo, certa certeza íntima de que tudo estava no seu devido lugar, a impressão de que tudo decorria da ordem natural das coisas e, na maioria dos casos, a desnecessidade de pensar num assunto que já parecia tão bem regulado pelo fluxo da vida quotidiana desempenharam, no Brasil, no plano psicológico, e dentro do padrão tradicional das relações de raças, a função que, noutras fases do processo, é desempenhada pelo preconceito (PINTO, 1998, p.177).

Neste mesmo período da década de 1940, surge o “mito da democracia social”, que é pensada por Florestan Fernandes (1965) como *a consciência falsa da realidade racial*⁴. Basicamente, um conjunto de pensamentos que visam naturalizar e justificar qualquer tipo de discriminação contra a população negra. Conseqüentemente, era de conhecimento geral que

⁴ A consciência falsa da realidade racial é um conceito de Florestan Fernandes. E que tem como base, cinco ideais aceitas quando se refere ao assunto. São elas: “1º) a ideia de que ‘o negro não tem problemas no Brasil’; 2º) a ideia de que, pela própria índole do Povo Brasileiro, ‘não existem distinções raciais entre nós’; 3º) a ideia de que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder forma indistinta e igualmente acessíveis a todos, durante a expansão urbana e industrial da cidade de São Paulo; 4º) a ideia de que ‘o preto está satisfeito’ com sua condição social e estilo de vida em São Paulo; 5º) a ideia de que não existe, nunca existiu, nem existirá outro problema de justiça social com referência ao ‘negro’, excetuando-se o que foi resolvido pela revogação do estatuto servil e pela universalização da cidadania – o que pressupõe o corolário segundo o qual a miséria, a prostituição, a vagabundagem, a desorganização da família, etc., imperantes na ‘população de cor’, seriam efeitos residuais, mas transitórios, a serem tratados pelos meios tradicionais e superados por mudanças qualitativas espontâneas” (FERNANDES, 1965, p.199).

“[...] estereótipos e preconceitos raciais continuariam atuantes na sociedade brasileira durante todo o período, intervindo no processo de competição social e de acesso às oportunidades, assim como influenciando no processo de mobilidade intergeracional, restringindo o lugar social dos negros” (JACCOUD, 2008 p.52).

Com relação a esta percepção, é preciso pensar o preconceito e a discriminação como estratégias de retrocesso utilizadas pela população branca, para implementar novamente a antiga estrutura social dos tempos coloniais. Assim como estar ciente de que, mesmo com o atual fortalecimento da luta do Movimento Negro e a evolução econômica e social de uma parcela significativa da população negra neste estado, grande parte deste grupo ainda vive em condições de desigualdade social semelhantes a da década de 50.

Isto, pois, segundo Jaccoud (2008),

[...] a discriminação não atua isoladamente, mas em conjunto com outros mecanismos, no processo de produção e reprodução da pobreza e da restrição de oportunidades para os negros no país. Nesse sentido, um grupo de fatores pode ser destacado como atuando nesse processo. Pode-se apontar a estagnação econômica de regiões ou atividades onde a população negra está mais representada; o acesso a serviços de baixa qualidade (especificamente relacionados à educação) e piores redes sociais e de trabalho devido à concentração dessa população em bairros dotados de menos recursos; as diferenças familiares relacionadas ao acúmulo de capital humano; a limitada mobilidade observada na sociedade brasileira em seu conjunto, impactando também a população negra. Efetivamente, pode-se afirmar que todos esses processos atuam sobre o quadro de desigualdade racial no Brasil (JACCOUD, 2008, p. 55).

Enfim, a partir do momento em que a discriminação racial surge explicitamente, as situações de segregação econômica e residencial⁵ se tornam mais frequentes, induzindo a população negra carioca a mudar-se para a periferia da cidade, onde são estabelecidas as favelas.

2.2. A favela e a população negra

De acordo com Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves e Denise Aparecida do Nascimento (2011) no texto “Favela, espaço e sujeito: uma relação conflituosa”, o fator de relevância para a busca da população negra por espaço nas metrópoles é a invisibilidade social deste grupo.

⁵ Sobre a segregação residencial, Pinto argumenta: “Um dos aspectos mais odiosos da discriminação racial é a segregação residencial, que obriga – pela força do costume, da lei, ou de ambos – a população de determinado grupo étnico, inferiorizado pelo grupo dominante, a limitar o seu direito de morar ao âmbito de determinados bairros ou ruas, vedando-lhe o acesso a outros lugares nos quais o grupo privilegiado monopoliza o direito de se instalar” (PINTO, 1998, p.125).

Esta causa acompanhada do longo histórico de humilhações sociais foi suficiente para dar surgimento às favelas brasileiras. Que inicialmente, eram pensados como espaços de moradia e que, com o passar do tempo, transformaram-se em símbolos ou representações de uma realidade.

Sobre o surgimento da favela, Gonçalves e Nascimento (2011) explicam,

A favela surge primeiro da necessidade do onde morar, e só posteriormente o como morar é que preocupa. Casa/barraco de lata, de folha de zinco ou papelão, isso se resolve depois. Na verdade, a imagem das favelas atuais tem variado bastante de uma cidade para outra; algumas já possuem saneamento básico, asfalto e até transporte urbano, contudo os pontos negativos que a caracterizam, tais como violência e miséria, mantêm seu status quo. Para muitos, a favela é uma estratégia de sobrevivência: uma saída, uma iniciativa, que levanta barracos de um dia para outro, contra uma ordem desumana e segregadora, mas nem por isso um espaço de acomodação (GONÇALVES; NASCIMENTO, 2011, p.56).

A criação das favelas também transparece um problema intensamente criticado e analisado por diversos autores: a forte presença da segregação econômica e de classe⁶. Com base no conceito de *segregação* pensado por Pinto (1998, p. 126-127) como as “formas de relativo isolamento de um grupo dentro de uma estrutura maior, nas quais a distância física que o separa dos outros grupos reflete uma distância também existente no espaço social.”, é possível compreender o quão forte são as barreiras que impedem a evolução da população negra no Brasil. População esta que não é sinônimo de pobreza, mas que foi assimilada como tal.

Especificamente, sobre a situação desta população no Rio de Janeiro antigamente, Pinto (1998) argumenta,

[...] as favelas do Rio de Janeiro constituem uma área social caracteristicamente definida pelo tipo social de seus habitantes – e pela posição que eles ocupam no sistema de vida social da cidade -, a conclusão, documentadamente provada, a que se chega é que nelas a segregação existe e em índice altamente expressivo: enquanto que, em cada cem habitantes do Rio de Janeiro, 27 são de cor, na população das favelas, em cada cem habitantes, 71 são de cor. Essa grande diferença entre a proporção dos elementos de cor no Rio de Janeiro e a proporção dos elementos de cor nas áreas mais deterioradas da cidade, é a forma mais expressiva pela qual se manifesta aqui a segregação étnica (PINTO, 1998, p.146).

⁶ Sobre este tipo de segregação, Pinto argumenta que “[...] quando a incapacidade econômica da parcela maior de um grupo étnico o mantém restrito àquelas áreas deterioradas do mapa geográfico e social de uma comunidade, resulta, objetivamente, índice de elevada segregação de fato, daquela que talvez seja a forma mais coercitiva, mais intransponível e mais radical de segregação, pois que permanece, apesar da constante alegação de sua inexistência, pela incapacidade material do grupo inferiorizado de usar da proclamada prerrogativa formal de poder residir onde quiser e ter pleno acesso aos recursos da comunidade” (PINTO, 1998, p. 125).

Segregação esta que, através de altos índices de analfabetismo e desemprego, colabora para o reforço da invisibilidade da situação em que os moradores da periferia vivem. Se por um lado, este local é sinônimo de sobrevivência para seus habitantes. Por outro, é pensada como um problema. Afinal, a favela também é cenário de interesses ilegais como o tráfico de drogas e armas e, de conflitos entre facções rivais pelo controle deste mercado.

É imprescindível dizer que a vida de todos que vivem por ali são colocadas em risco e resultam, muitas vezes, na morte de civis. Como foi o caso de Claudia Silva Ferreira. Entretanto, é preciso refletir sobre os motivos que agravam essa possibilidade e acima de tudo, sobre a ligação estabelecida entre a população negra e a violência.

2.3 A violência e a população negra

A relação da população negra com a violência tem início através de estereótipos criados sobre o lugar onde estes indivíduos vivem e suas condições socioeconômicas. Além do preconceito racial, que está presente em todos os atos discriminatórios realizados até hoje contra esta população.

Com relação ao surgimento dos estereótipos, Pinto (1998) explica que,

As situações típicas nas quais os estereótipos nascem, se desenvolvem e passam a se integrar ao sistema de valores de um grupo e às pautas individuais de conduta de seus membros são as situações de conflito social e de antagonismos e tensões intergrupais. [...] poder-se-ia dizer que o preconceito racial consiste, em certo sentido, num característico sistema de reações estereotipadas, mais ou menos integradas, que são adquiridas, por diversos modos, na vida social – não no contato com o negro, mas através da assimilação das opiniões existentes sobre o negro (PINTO, 1998, p.185-186).

Ou seja, mesmo que os pré-conceitos ligados à população negra não sejam verdadeiros, eles seguem sendo fortalecidos por ferramentas socio-estruturais como a mídia e o Estado todos os dias. A partir deste ponto, uma nova relação tem início: a do indivíduo negro com a polícia.

No livro *Elemento suspeito: a abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro* (2004), as pesquisadoras Silva Ramos e Leonarda Musumeci analisam o tratamento recebido pela população negra por parte deste órgão de segurança, partindo do pressuposto de que,

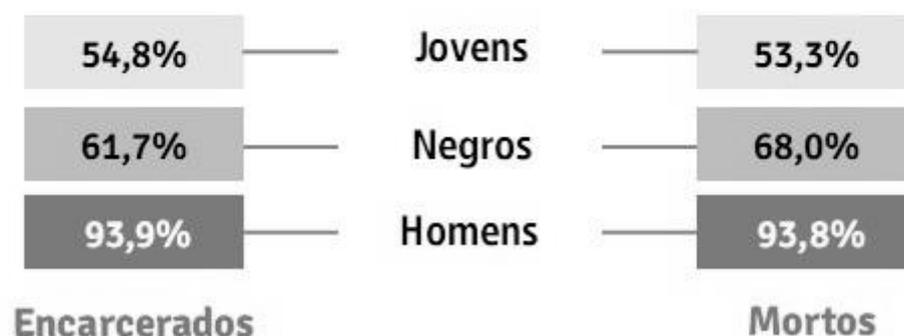
Em tese, qualquer cidadão ou cidadã que circule pelas ruas, a pé ou em qualquer meio de transporte, pode ser parado (a) e revistado (a) em uma ação policial rotineira ou especial de prevenção da criminalidade. Na prática, porém, só alguns serão escolhidos e sabe-se que essa escolha não é aleatória, mas seletiva, que depende em larga medida de critérios prévios de suspeição, sejam eles aparência física, atitude, local, horário, circunstâncias, ou alguma combinação desses e de outros fatores (RAMOS; MUSUMECI, 2004, pág. 1).

Consequentemente, os estereótipos negativos relacionados ao indivíduo negro garantem que este seja, diariamente, alvo da polícia em diversos casos, nos quais “a probabilidade de sofrer ameaça, intimidação, coação e violência física ou psicológica é maior para os jovens, para os negros e para os pobres” (RAMOS; MUSUMECI, 2004, pág. 10). Que, em muitas situações, também são moradores de favelas e das periferias dos grandes centros.

É indiscutível o fato de que a desigualdade econômica e de recursos sociais entre a população negra e branca favorece este tipo de tratamento. Mas não é justificável que esta população ocupe os maiores índices de encarceramento e mortalidade no Brasil, como demonstra a figura 1.

Figura 1 – Dados sobre encarcerados e vítimas de homicídio no Brasil

Negros são 18,4% mais encarcerados e 30,5% mais vítimas de homicídio no Brasil



Ainda sobre os estereótipos, a autora Fabiana Moraes (2013) propõe um exercício no capítulo *A criminalização de uma cor* do livro *No país do racismo institucional*⁷, que exemplifica a imagem do “negro marginal” e é a principal justificativa utilizada para aceitação do extermínio desta população pela sociedade.

No Brasil, a Polícia Militar é responsável por 10% dos homicídios envolvendo membros de grupos armados e civis nas favelas brasileiras. Um dos fatores de fortalecimento da violência policial nestes locais é a corrupção de integrantes das corporações de segurança estatal pelo tráfico. Pois, “o fato é que a violência policial encontra-se fora de controle dos comandos superiores, bem como a corrupção policial, que cresceu na mesma proporção em que a “licença para matar” foi sendo concedida” (RAMOS, 2004, p.12). Portanto, é possível argumentar que “todo crime – hoje, praticamente todo tipo de sofrimento – pode ser exemplo da incompetência, descaso e corrupção daqueles que deveriam zelar por nossa segurança” (VAZ; RONY, 2008, p.9-10).

Ainda sobre este ponto, percebe-se que uma parcela considerada dos crimes de culpa da Polícia Militar não são solucionados nem midiaticizados, demonstrando que a mídia tende a não exercer seu papel conscientizador de alertar e problematizar estas questões, deixando de lado os apelos de humanidade e valorização da vida de nossos semelhantes. Pois, são em situações como estas, que a mídia deve enfraquecer a ideologia de “bandido bom, é bandido morto” estruturada em nossa sociedade.

Felizmente, estas pautas são mantidas por vários movimentos sociais que lutam pela desmilitarização da polícia. E que através de diversas abordagens, agem para que mortes como Claudia Silva Ferreira e de Amarildo não sejam apenas mais uma porcentagem estatística.

⁷ “O exercício é simples: feche os olhos. Imagine que uma pessoa está à sua frente, ameaçadora, e anuncia um assalto. Agora, uma pergunta: qual a cor e o sexo do infrator (a)? São raras às vezes nas quais a pele escura e o sexo masculino não compõem o tipo que está materializado em nosso imaginário. Nele, a insegurança é diversas vezes representada pelo homem negro de roupas modestas com o qual evitamos cruzar quando andamos por ruas menos movimentadas. Pelo homem negro que é preferido pela polícia no momento em que as viaturas param indivíduos (ou grupos) para realizar abordagens. O homem negro que não costumamos ver, cotidianamente, em alguns espaços de prestígio (o restaurante caro, a abertura da exposição, a defesa da tese, a viagem ao exterior)” (MORAES, 2013, p.46).

3 CASO CLAUDIA SILVA FERREIRA



Claudia Silva Ferreira, 38 anos,
auxiliar de serviços gerais
(Fonte: Reprodução/G1)

No dia 16 de Março de 2014, a auxiliar de serviços gerais Claudia Silva Ferreira foi baleada no pescoço e nas costas durante uma operação da Polícia Militar (PM) pela manhã no Morro da Congonha, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Ela havia saído de casa para ir à padaria. Após o ocorrido, os policiais colocaram o corpo de Claudia no porta-malas da viatura policial, com a desculpa de que ela seria levada ao hospital.

Naquele momento, conhecidos, vizinhos e amigos tentaram evitar que o corpo da auxiliar de serviços gerais fosse levado, porém a tentativa foi em vão e com o porta-malas aberto, os PMs seguiram pela Estrada Intendente Magalhães. Sem vida, o corpo da trabalhadora de 38 anos deslizou pelo porta-malas e ficou preso apenas por um pedaço de roupa, sendo arrastado pelo asfalto por cerca de 250 metros, sem que os policiais dessem atenção aos apelos dos pedestres e motoristas que assistiam a cena.

Durante o ocorrido, civis filmaram o acontecimento e divulgaram através do aplicativo americano Whatsapp, possibilitando que o ato ganhasse notoriedade pela mídia. Inicialmente, pelo alto nível de violência policial que envolve o caso e segundo, pela forma como o assassinato de Claudia Silva Ferreira passaria a ser noticiado pela mídia local.

3.1 A repercussão do caso em três jornais de influência no país

No primeiro capítulo desta monografia, os critérios de noticiabilidade como a importância, grau dos envolvidos, o impacto da notícia sobre a sociedade, a quantidade de pessoas envolvidas, a relevância e as consequências foram apontadas como os pontos definidores do que pode ser considerado notícia.

Com base neste argumento, torna-se correto afirmar que o caso Claudia possui caráter noticiável, uma vez que, a violência e as circunstâncias envolvidas no acontecimento o tornam singular, a ponto de ser divulgado e problematizado.

Pois, segundo Paulo Vaz e Gaëlle Rony no artigo *Experiência urbana e narrativas de crime* (2008),

As notícias de crime são, ainda, um discurso sobre a “boa” ordem. Ao narrar um crime, não apenas se descreve o incidente; também se expõe como ele poderia não ter ocorrido e por que ele não deveria existir. Quando se fala sobre crime, também se discute concretamente a justiça, a partir da existência de um sofrimento” (VAZ; RONY, 2008, p.3).

Afinal, a principal consequência da divulgação da morte de Claudia foi o pedido pela desmilitarização da polícia no Rio de Janeiro pelos movimentos sociais. Sendo que um apelo semelhante já havia sido feito no caso Amarildo e até o momento, poucas soluções haviam sido apresentadas.

É interessante argumentar que, “[...] a tendência da cobertura midiática dos crimes no Rio de Janeiro é, em primeiro lugar, atribuir muitos crimes aos traficantes, mesmo aqueles onde a informação disponível ao repórter é escassa” (VAZ; RONY, 2008, p.5-6).

E que esse tipo de ato, inconscientemente, fortalece a aceitação social das intervenções policiais violentas nas periferias, uma vez que, “essa imagem do criminoso afeta, por derivação, as favelas, o lugar onde esses criminosos são ditos morar ou se refugiar – e, por aproximação, todos os moradores que podem parecer criminosos, notadamente jovens do sexo masculino” (VAZ; RONY, 2008, p.6).

Ou seja, o papel da mídia na divulgação desse tipo de acontecimento é cada vez mais importante e por isso, os sentidos construídos e repercutidos nas matérias devem ser os mais claros e corretos possíveis. Mesmo que seja de conhecimento de todos que a compreensão dos sentidos de um discurso varia de indivíduo a indivíduo.

Porém, durante a divulgação do caso, um detalhe linguístico chamou a atenção de muitos ativistas do movimento negro e simpatizantes: nas notícias sobre o assassinato, Claudia era conhecida apenas como a “mulher arrastada”. E desta forma, termos como os “filhos da arrastada” (ver C.1.29 no quadro I) e a “família de mulher arrastada (ver C.1.43 no quadro I)” surgiam em alguns jornais importantes do país.

Com base neste ponto, no nível de influência do periódico e pelo ranking de maior circulação no país, pelo número de matérias produzidas sobre o caso e as visíveis abordagens dadas para o assunto, três jornais online foram escolhidos: a Folha de São Paulo (SP), o Estado de São Paulo (SP) e O Globo (RJ).

3.1.1 Folha de São Paulo

Fundado em 19 de Fevereiro de 1921 pelos jornalistas Olivial Costa e Pedro Cunha, o jornal A Folha de São Paulo surgiu com o nome de Folha da Noite. Com o passar do tempo, o periódico recebeu a denominação de “O jornal dos trabalhadores urbanos”, adotando assim os slogans “ O Jornal do Futuro” e “ O Jornal a Serviço do Brasil”. Com periodicidade diária, a Folha de São Paulo apresenta textos com enfoque na rotina da população paulista, principalmente dos trabalhadores de classe média. E um dos motivos de sua criação foi a concorrência com o jornal O Estado de São Paulo.

Em 2014, o jornal Folha de São Paulo ocupou o primeiro lugar no ranking de Maior Circulação da Associação Nacional de Jornais (ANJ) com média de 351.745 exemplares impressos e digitais. Dado que demonstra o nível de influencia deste jornal no país.

Com relação ao assassinato de Claudia Silva Ferreira, foram coletados em torno de 16 matérias do período de março de 2014 a outubro de 2014 no jornal. Sendo que em quase 90% das matérias, a tipificação “mulher arrastada” é utilizada para se referir a vitima, como mostra a figura 2.

Figura 2 – Matéria “Dilma se solidariza com a família de mulher arrastada por PMs no Rio”

cotidiano barretos

Rio de Janeiro

Dilma se solidariza com a família de mulher arrastada por PMs no Rio

DO RIO

18/03/2014 12h42

Compartilhar < 1,0 mil OUVIR O TEXTO Mais opções

Por meio de sua conta oficial no Twitter, a presidente Dilma Rousseff enviou, na manhã desta terça-feira (18), uma mensagem de solidariedade à família da auxiliar de serviços gerais Cláudia da Silva Ferreira, 38, que foi baleada na manhã domingo, no Morro da

Fonte: Veja-se a matéria C.1 12 no quadro I.

O jornal Folha de São Paulo foi o primeiro jornal dos três analisados a publicar uma matéria sobre a morte de Cláudia Ferreira. Entretanto, percebe-se nas matérias do periódico um posicionamento favorável ao Estado e suas ações, uma vez que, as situações em que a vítima se encontrava no momento de sua morte e o comportamento de sua família quase sempre são questionados.

Portanto, é possível afirmar que o público para o qual são produzidas as notícias do jornal Folha de São Paulo não é a população negra, de classe baixa e moradora da periferia. E por isso, os cuidados com a produção da notícia não existem, tecnicamente.

Por fim, o jornal apresenta uma variação de conteúdos produzidos pelo próprio e por agências, como a Agência Brasil. Grande parte de suas matérias não são assinadas por jornalista, o que dificulta atribuir as criações de sentidos a um responsável.

3.1.2 Estado de São Paulo

Foi fundado em 4 de janeiro de 1875 pelos republicanos José Maria Lisboa, Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, o jornal Estado de São Paulo recebeu o nome de A Província de São Paulo, inicialmente. Com periodicidade diária também, é considerado o pioneiro em venda avulsa de jornais no Brasil. Com relação a postura do Jornal, ela está baseada no conservadorismo e no liberalismo, que até hoje, influencia suas seções. Atualmente, o jornal é conhecido pelo nome Estadão.

O jornal Estado de São Paulo ocupou a quarta posição no ranking de Maior Circulação da Associação Nacional de Jornais (ANJ) com a média de 237.901 exemplares digitais e impressos. Portanto, a influência de seu material jornalístico é considerável.

Durante o período de março de 2014 a março de 2015, foram coletadas 24 matérias produzidas com base no assassinato de Cláudia Silva Ferreira, sendo que todas possuem autores e em sua maioria, utilizam também a tipificação “mulher arrastada”. Como exemplifica a figura 3.

Figura 3 – Matéria “Dilma diz que morte de mulher arrastada por PMs chocou o País”



Fonte: Veja a matéria C. 1.8 no quadro I.

Ao contrário do primeiro jornal, o Estadão possui um posicionamento diferenciado em suas matérias. Ora problematizando pontos como a violência policial e as mortes na periferia, ora apresentando os policiais responsáveis como vítimas de um treinamento corporativo complicado.

Enfim, é possível argumentar que mesmo com sua postura política definida, o jornal Estado de São Paulo tenta trabalhar com a estratégia de imparcialidade, ao possibilitar que matérias críticas e comuns sejam produzidas em seu âmbito.

3.1.3 O Globo

Fundado em 29 de julho de 1925 por Irineu Marinho. Com a morte de Irineu, o Jornal foi herdado pelo filho Roberto Marinho. Que por sua vez, deixou o jornalista Euclides de Matos como encarregado pelo periódico. Em 1972, tornou-se o primeiro jornal brasileiro a circular aos domingos. E assim como os dois primeiros jornais, O Globo possui uma versão digital, no qual passou a disponibilizar seu acervo histórico completo de todas as suas edições.

Em 2014, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) apresentou o jornal O Globo como ocupante da segunda posição do ranking de Maior Circulação no país com uma média de 333.860 exemplares impressos e digitais.

Com relação à morte de Claudia Silva Ferreira, o jornal O Globo é o único dos três jornais escolhidos a utilizar o termo “Caso Claudia” ou só o nome da vítima (observar a figura 4) em mais de 90% das suas publicações. Sendo que durante o período de março de 2014 a março de 2015, foram coletadas 19 matérias do jornal para análise nesta monografia.

Figura 4 – Matéria “Dilma diz que morte de Cláudia, arrastada por viatura, ‘chocou o país’.”

12h08
VALOR ONLINE

Dilma diz que morte de Cláudia, arrastada por viatura, 'chocou o país'

A presidenta Dilma Rousseff lamentou nesta terça-feira a morte de Cláudia da Silva Ferreira, baleada no domingo durante ação policial na comunidade da Congonha, na zona norte do Rio de Janeiro, e arrastada por uma viatura policial.

Em sua conta no Twitter, Dilma afirmou que a morte de Cláudia chocou o Brasil.

Fonte: Veja a matéria C.1.9 no quadro I.

Assim como os demais jornais, o Globo também apresenta uma variação entre conteúdos produzidos pelo próprio periódico e agências de notícias, sendo que o número de matérias sem autoria representam quase 74% do total analisado nesta monografia. Ainda

sobre as características do jornal, 50% do público do periódico compõem a classe social C, o que possibilita que o jornal dê uma abordagem adequada ao seu material.

Por fim, com relação aos três jornais escolhidos, é possível afirmar que houve uma midialização do ocorrido (fotos, reportagens especiais, galerias de fotos, etc.). Entretanto, a forma como este processo foi realizado é questionável e por isso, sua análise deve ser realizada.

4 A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DE CLAUDIA SILVA FERREIRA NOS JORNAIS ANALISADOS

Atualmente, o jornalismo é pensado como uma representação da realidade. Uma vez que, os fatos narrados em matérias, notas ou reportagens são construídos por diversos relatos e tendem a englobar apenas um lado da história.

Com relação a essa função do jornalismo e a mídia, a pesquisadora Maria do Rosário Gregolin argumenta no texto *Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades* (2007) que,

Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente (GREGOLIN, 2007, p.16).

Ou seja, quando se faz a leitura de uma notícia em um jornal, o processo de memorização e/ ou esquecimento do leitor é ativado e reconhecido pelo cérebro com base no sentido produzido por aquele conteúdo.

Ainda sobre este ponto, é possível afirmar que fatores internos como as escolhas de fontes e termos podem influenciar no percurso. Assim como os externos, que seriam as linhas editoriais e o posicionamento do veículo de comunicação sobre o assunto tratado. Estes últimos, pois, também influenciam diretamente na abordagem e cobertura do acontecimento.

Além dos citados anteriormente, acredita-se que fatores raciais, sociais e econômicos também tendem a influenciar na produção da notícia. E sendo desta forma, é plausível especular que, no mínimo, as representações jornalisticamente criadas até então se encontram comprometidas, uma vez que, se baseiam em estereótipos e padrões tradicionais de relacionamento entre brancos e negros, nos quais os espaços de interação já estão pré-determinados.

Sobre esses padrões, é preciso constatar que foram criados com base no preconceito e na discriminação. Uma vez que, as minorias têm seus trabalhos, habitações, comportamento, vestimentas, etc., escolhidas e legitimadas por um discurso. O regime Apartheid na África e os jovens de periferia barrados na porta de shoppings são exemplos de discursos criados, naturalizado e reforçados em sociedade. Muitas vezes, até pela mídia.

No livro *Mídia e Racismo*, os pesquisadores Roberto Carlos da Silva Borges e Rosane Borges (2012, p.198) argumentam que,

Os estereótipos em torno do negro e da mulher negra não seguem uma trajetória linear (do negativo para o positivo, como algumas análises insistem em sublinhar), mas se movimentam sobre uma estrutura cíclica, em que os discursos fundadores do Outro ainda são o grande manancial para tipificação dos personagens negros e dos assuntos relacionados à África e ao Brasil negro (BORGES, 2012, p.198).

A partir deste pressuposto, uma análise sociossemiótica da construção da representação de Claudia Silva Ferreira nos três jornais escolhidos foi realizada, com a finalidade de argumentar que a escolha pela a estratégia do uso de tipificações⁸(mulher arrastada) ou do próprio nome da vítima (Caso Claudia) interfere na assimilação do assunto e das informações por parte do leitor. E conseqüentemente, garante ou não a possibilidade de problematização do caso pela mídia e pela sociedade.

4.1 Análise sociossemiótica

Com base em Jacques Fontanille (2008), o conceito de sociossemiótica pode ser pensado como uma análise do discurso que leva em consideração a influência da sociedade e dos agentes sociais na significação que este discurso receberá após ser construído.

Ainda sobre o assunto, Eric Landowski (2014) argumenta que,

O projeto sociossemiótico sob sua forma atualmente efetiva assume como hipótese primeira que as produções de sentido não devem ser tomadas como ‘representações’ do social considerado enquanto referencial ou realidade primeira. São, ao contrário, as práticas de construção, negociação, intercâmbio de sentido que vêm construindo o ‘social’ enquanto universo de sentido. Do mesmo modo vêm sendo delimitados os campos do ‘político’, do ‘jurídico’, do ‘literário’ etc (LANDOWSKI, 2014, p. 12).

Ou seja, os processos de interação entre os agentes sociais (jornalistas, editores, leitores, etc) são o foco deste tipo de análise, que considerada também as condições em que se encontram esses indivíduos. Conseqüentemente, a forma como as notícias referentes à

⁸ Berger e Luckmann destacam as tipificações ou esquemas tipificadores como características que facilitam nossa interação face a face. Entretanto, “tornam-se progressivamente anônimas à medida que se afastam da situação face a face. Toda tipificação naturalmente acarreta uma anonimidade inicial” (1985, p.50).

Claudia foram construídas refletem um determinado sentido e importância, que pode ou não ser o mesmo sentido atribuído pelo leitor da matéria.

4.1.1 Análise sociosemiótica das matérias produzidas pelos jornais sobre o caso

Para a realização da análise, foram selecionadas matérias referentes ao período de março de 2014 (morte de Claudia) até março de 2015 (últimas informações sobre o caso) nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. Ao todo, o material constitui um corpora de 59 matérias entre notícias, notas e reportagens, discriminados no quadro I.

Este material está dividido em quatro corpus, criados com o intuito de dar visibilidade para questões importantes como o número de matérias produzidas pelos jornais em cada dia, conteúdos repetidos dentro de cada veículo e entre os três jornais e o número de matérias sem autoria, assim como as notícias sobre a morte de Cláudia Silva Ferreira.

Ainda sobre as matérias, é importante ressaltar que todas as notícias foram analisadas por completo, ou seja, títulos, leads e informações complementares.

Quadro I - Total de matéria produzidas por Claudia Silva Ferreira nos três jornais (59)

	Data	Título	Veículo	Link	Autoria*
C.1.1	16 de março de 2014	Moradores protestam após morte de mulher em ação da PM no Rio	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1426473-moradores-protestam-apos-morte-de-mulher-em-acao-da-pm-no-rio.shtml	Produção do jornal
C.1.2	17 de março de 2014	PM são presos após arrastar vítima de bala perdida na rua	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1426571-pms-sao-presos-apos-porta-malas-abrir-e-mulher-ser-arrastada-por-250-metros.shtml	Produção do jornal
C.1.3		Protesto contra morte de auxiliar de serviços fecha avenida no Rio	O Estado de São Paulo	http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,protesto-contramorte-de-auxiliar-de-servicos-fecha-avenida-no-rio,1141831	Marcelo Gomes
C.1.4		PMs que estavam em viatura que arrastou mulher no Rio são presos	O Estado de São Paulo	http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pms-que-estavam-em-viatura-que-arrastou-mulher-no-rio-sao-presos,1141763	Marcelo Gomes
C.1.5	18 de março de 2014	Laudo do IML aponta que mulher arrastada no Rio morreu por tiro	O Estado de São Paulo	http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,laudo-do-impl-aponta-que-mulher-arrastada-no-rio-morreu-por-tiro,1142359	Marcelo Gomes
C.1.6		Cabral: ação de PMs que arrastaram mulher foi 'desumana'	O Estado de São Paulo	http://www.estadao.com.br/noticias/geral,cabral-acao-de-pms-que-arrastaram-mulher-foi-desumana,1142327	Thaise Constâncio (Agência Estado)
C.1.7		Tranca de porta-malas da Blazer da	O Estado de São Paulo	http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,transa-de-porta-malas-da-blazer-da-pm-	Marcelo Gomes

		PM que arrastou mulher não tinha defeito		que-arrastou-mulher-nao-tinha-defeito,1142207	
C.1.8		Dilma diz que morte de mulher arrastada por PMs chocou o País	O Estado de São Paulo	http://www.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-diz-que-morte-de-mulher-arrastada-por-pms-chocou-o-pais,1142190	Marcelo Gomes e Leticia Sorg (Agência Estado)
C.1.9		Dilma diz que morte de Cláudia, arrastada por viatura, 'chocou o país'	O Globo	http://oglobo.globo.com/brasil/dilma-diz-que-morte-de-claudia-arrastada-por-viatura-chocou-pais-11910848	Produção do jornal
C.1.10		Pm atirou e afastou pessoas para colocar mulher em portamalas, diz morador	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1427479-pm-atirou-e-afastou-pessoas-para-colocar-mulher-em-portamalas-diz-morador.shtml	Diana Brito
C.1.11		Mulher arrastada por carro da PM foi morta por tiro, aponta laudo	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1427471-mulher-arrastada-por-carro-da-pm-foi-morta-por-tiro-aponta-laudo.shtml	Produção do jornal
C.1.12		Dilma se solidariza com a família de mulher arrastada por PMs no Rio	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1427186-dilma-se-solidariza-com-a-familia-de-mulher-que-foi-arrastada-por-pms-no-rio.shtml	Produção do jornal
C.1.13	19 de março de 2014	PMs prestam depoimento sobre morte de Claudia da Silva Ferreira	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/pms-prestam-depoimento-sobre-morte-de-claudia-da-silva-ferreira-11922979	Produção do jornal
C.1.14		PMs presos por arrastar mulher são alvo de 62 ações	O Estado de São Paulo	http://www.estadao.com.br/noticias/geral,pms-presos-por-arrastar-mulher-sao-alvo-de-62-acoes,1142559	Marcelo Gomes (Agência Estado)
C.1.15		Caso Claudia: 72% dos socorridos por PMs não resistiram	O Estado de São Paulo	http://www.estadao.com.br/noticias/geral,caso-claudia-72-dos-socorridos-por-pms-nao-resistiram,1142754,0.htm	Marcelo Gomes com colaboração de Liana Leite (Agência Estado)
C.1.16		Sergio Cabral recebe nesta quarta família de mulher arrastada por viatura	O Estado de São Paulo	http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,sergio-cabral-recebe-nesta-quarta-familia-de-mulher-arrastada-por-viatura,1142555	Clarissa Thomé
C.1.17		Cabral promete indenizar família de mulher arrastada	O Estado de São Paulo	http://www.estadao.com.br/noticias/geral,cabral-promete-indenizar-familia-de-mulher-arrastada,1142626	Marcelo Gomes (Agência Estado)
C.1.18		Se não fosse o vídeo, a morte de Claudia seria só mais uma, diz viúvo	O Estado de São Paulo	http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,se-nao-fose-o-video-a-morte-de-claudia-seria-so-mais-uma-diz-viuvo,1142625	Marcelo Gomes
C.1.19	20 de março de 2014	Policiais envolvidos na operação que resultou na morte de Claudia Ferreira deixam delegacia	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/policiais-envolvidos-na-operacao-que-resultou-na-morte-de-claudia-ferreira-deixam-delegacia-11937043	Produção do jornal
C.1.20		Polícia vai fazer reprodução simulada da operação que vitimou Claudia da	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/policia-vai-fazer-reproducao-simulada-da-operacao-que-vitimou-claudia-da-silva-11932536	Produção do jornal

		Silva			
C.1.21		Policiais que arrastaram corpo de Cláudia ganham liberdade	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/policiais-que-arrastaram-corpo-de-claudia-ganham-liberdade-11936734	Produção do jornal
C.1.22		PM que levou corpo de Claudia até o camburão vai prestar depoimento na tarde de hoje	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/pm-que-levou-corpo-de-claudia-ate-camburao-vai-prestar-depoimento-na-tarde-de-hoje-11931814	Produção do jornal
C.1.23		Justiça manda soltar PMs que arrastaram mulher no Rio	O Estado de São Paulo	http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,justica-manda-soltar-pms-que-arrastaram-mulher-no-rio,1143154	Marcelo Gomes
C.1.24		PM diz que colocou mulher em porta-malas porque carro foi cercado	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1428110-policial-diz-que-mulher-foi-colocada-em-porta-malas-porque-carro-estava-cercado-por-moradores.shtml	Produção do jornal
C.1.25		Justiça decide hoje se solta PMs que arrastaram mulher no Rio	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1428225-justica-decide-hoje-se-solta-pms-que-arrastaram-mulher-no-rio.shtml	Produção do jornal
C.1.26	21 de março de 2014	Tiro que atingiu Cláudia partiu de um policial, segundo testemunhas	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/tiro-que-atingiu-claudia-partiu-de-um-policial-segundo-testemunhas-11943226#ixzz3ORemMkWN	Waleska Borges
C.1.27	23 de março de 2014	Moradores fazem aniversário para filhos de Claudia e cobram providencias	O Estado de São Paulo	http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,moradores-fazem-aniversario-para-filhos-de-claudia-e-cobram-providencias,1144260,0.htm	Agência Brasil
C.1.28		Moradores homenageiam mulher arrastada por carro de PM	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1429783-moradores-homenageiam-mulher-arrastada-em-viatura-da-pm-no-rio.shtml	Produção do jornal
C.1.29		Protestos marcam aniversário dos filhos de mulher arrastada por PMs	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/protestos-marcam-aniversario-dos-filhos-de-mulher-arrastada-por-pms-11961361	Maísa Capobiango
C.1.30		Saudade dá o tom da festa de aniversário dos filhos de Cláudia Silva	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/saudade-da-tom-da-festa-de-aniversario-dos-filhos-de-claudia-silva-11961832	Produção do jornal
C.1.31	25 de março de 2014	Em depoimento, preso garante que PM podia ver Claudia Silva antes de atirar	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/em-depoimento-preso-garante-que-pm-podia-ver-claudia-silva-antes-de-atirar-11973295	Produção do jornal
C.1.32	27 de março de 2014	Policiais envolvidos na morte de mulher no Rio têm prisão temporária decretada	O Estado de São Paulo	http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,policiais-envolvidos-na-morte-de-mulher-no-rio-tem-prisao-temporaria-decretada,1145918	Fábio Grellet
C.1.33		PMs que arrastaram mulher têm prisão decretada no Rio	O Estado de São Paulo	http://www.estadao.com.br/noticias/geral,pms-que-arrastaram-mulher-tem-prisao-decretada-no-rio,1145907	Fábio Grellet (Agência Estado)

C.1.34		Comandante de PMS que arrastaram Claudia é exonerado	O Estado de São Paulo	http://www.estadao.com.br/noticias/geral,comandante-de-pms-que-arrastaram-claudia-e-exonerado,1145902	Fábio Grellet
C.1.35		Justiça decreta prisão de mais dois policiais envolvidos no caso Cláudia	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/justica-decreta-prisao-de-mais-dois-policiais-envolvidos-no-caso-claudia-12005989	Bruno Amorim e Chico Otávio
C.1.36		Juiz decreta prisão temporária de dois PMS que arrastaram mulher no Rio	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1431837-juiz-decreta-prisao-temporaria-de-dois-pms-que-arrastaram-mulher-no-rio.shtml	Adriano Barcelos
C.1.37	29 de março de 2014	PMS do caso Cláudia estão envolvidos em outras mortes	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/pms-do-caso-claudia-estao-envolvidos-em-outras-mortes-1-12032181#ixzz3RqPimopl	Extra (agência)
C.1.38	31 de março de 2014	Magistrada do TJ vai doar R\$ 30 mil a parentes de Cláudia Silva Ferreira	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/magistrada-do-tj-vai-doar-30-mil-parentes-de-claudia-silva-ferreira-12048011	Produção do jornal
C.1.39	02 de abril de 2014	Polícia faz nesta quinta-feira a reprodução simulada da morte de Cláudia Silva	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/policia-faz-nesta-quinta-feira-reproducao-simulada-da-morte-de-claudia-silva-12071992	Produção do jornal
C.1.40	03 de abril de 2014	Polícia faz reconstituição do crime de mulher arrastada	O Estado de São Paulo	http://www.estadao.com.br/noticias/geral,policia-faz-restituicao-do-crime-de-mulher-arrastada,1148871	Marcelo Gomes (Agência Estado)
C.1.41		Polícia reconstitui morte de mulher arrastada por viatura da PM no Rio	O Estado de São Paulo	http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,policia-reconstitui-morte-de-mulher-arrastada-por-viatura-da-pm-no-rio,1148867	Marcelo Gomes
C.1.42		PMS sem algemas em reconstituição revoltam família de mulher arrastada	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1435509-pms-sem-almegas-revoltam-familia-de-mulher-arrastada-em-restituicao.shtml	Bruna Fantti em colaboração para o jornal
C.1.43	07 de abril de 2014	Caso Claudia: família de mulher arrastada pede R\$ 724 mil de indenização	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/caso-claudia-familia-de-mulher-arrastada-pede-724-mil-de-indenizacao-12111811	Produção do jornal
C.1.44	09 de abril de 2014	Governo do Rio fecha acordo com família de Claudia	O Estado de São Paulo	http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,governo-do-rio-fecha-acordo-com-familia-de-claudia,1151474	Roberta Pennafort
C.1.45		Defesa de Claudia critica advogados de policiais	O Estado de São Paulo	http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,defesa-de-claudia-critica-advogado-de-policiais,1148946	Thaise Constâncio
C.1.46		Governo do Rio acerta indenização com família de Claudia	O Estado de São Paulo	http://www.estadao.com.br/noticias/geral,governo-do-rio-acerta-indenizacao-com-familia-de-claudia,1151473	Roberta Pennafort
C.1.47		Família de mulher	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/20	Cristina Grillo

		arrastada por PMs será indenizada pelo Estado	Paulo	14/04/1438364-familia-de-mulher-arrastada-por-pms-sera-indenizada-pelo-estado.shtml	
C.1.48	18 de abril de 2014	Ato em SP lembra mulher arrastada por carro da PM no Rio	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1442715-ato-em-sp-lembra-mulher-arrastada-por-carro-da-pm-no-rio.shtml	Agência Brasil
C.1.49	04 de maio de 2014	Caso Claudia: Justiça prorrogou prisão preventiva de PMs por tempo indeterminado	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/caso-claudia-justica-prorrogou-prisao-preventiva-de-pms-por-tempo-indeterminado-12371804	Produção do jornal
C.1.50	12 de maio de 2014	PMs são indiciados sob suspeita de matar mulher arrastada no Rio	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1453329-delegado-indicia-seis-pms-por-morte-de-mulher-arrastada-no-rio.shtml	Adriano Barcelos
C.1.51		Policia indica 6 PMs em caso de mulher arrastada no Rio	O Estado de São Paulo	http://www.estadao.com.br/noticias/geral,policia-indicia-6-pms-em-caso-de-mulher-arrastada-no-rio,1165588	Agência Estado
C.1.52		Policia conclui inquérito e indica 6 por morte de mulher arrastada por PMs	O Estado de São Paulo	http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,policia-conclui-inquerito-e-indicia-6-por-morte-de-mulher-arrastada-por-pms,1165574	Marcelo Gomes
C.1.53	25 de maio de 2014	Depois de acordo, família de Claudia Silva não foi indenizada.	O Globo	Não foi encontrada	----- -----
C.1.54		Caso Cláudia: estado começa a pagar pensão à família em junho	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/caso-claudia-estado-comeca-pagar-pensao-familia-em-junho-12600336#ixzz3RqNiulwb	Márcio Menasce
C.1.55	31 de maio de 2014	Violência contra policiais no Rio é destaque em reportagem do 'NYT'	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1463143-violencia-no-rio-de-janeiro-e-destaque-em-reportagem-do-nyt.shtml	Produção do jornal
C.1.56	09 de julho de 2014	Justiça do Rio manda revista 'Veja' retirar textos de site	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/07/1483198-justica-do-rio-manda-revista-veja-retirar-textos-de-site.shtml	Produção do jornal
C.1.57	16 de outubro de 2014	Protesto de estudantes impede debate sobre UPPs em universidade do Rio	Folha de São Paulo	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1533734-protesto-de-estudantes-impede-debate-sobre-upps-em-universidade-do-rio.shtml	Marco Antônio Martins
C.1.58	12 de março de 2015	PMs envolvidos na morte de Cláudia Ferreira são denunciados por homicídio doloso e fraude	O Globo	http://oglobo.globo.com/rio/pms-envolvidos-na-morte-de-claudia-ferreira-sao-denunciados-por-homicidio-doloso-fraude-15581012	Produção do jornal
C.1.59		PMs são denunciados por morte de mulher que foi arrastada	O Estado de São Paulo	http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,pms-sao-denunciados-por-morte-de-mulher-que-foi-arrastada,1649831	Fábio Grellet

O quadro I apresenta todas as matérias divulgadas pelos três jornais durante o período proposto por esta monografia. A data é o critério principal de hierarquização do material, facilitando a observação do fluxo de produção das notícias sobre o caso. Os quadros e a tabela apresentados a seguir foram originados a partir deste quadro.

4.1.2 Matérias de conteúdo repetido em um mesmo jornal

Na busca por facilitar o trabalho de coleta do material, uma filtragem inicial de notícias online semelhantes sobre o caso Claudia dentro de cada jornal foi realizada. Mesmo assim, o quadro 2 foi criado, devido à necessidade de demonstrar duas questões importantes: o “reaproveitamento” de material por parte do jornal, construindo novas ideias e sentidos sobre o que já foi divulgado e a autoria dos conteúdos.

Quadro 2 - Matérias com conteúdos repetidos no mesmo jornal (10)

Nº	Título das matérias	Data	Veículo	Autoria (s) (respectivamente)
C.2.1	“Cabral promete indenizar família de mulher arrastada” (C.1.17) e “Se Não fosse o vídeo, a morte de Claudia seria só mais uma, diz viúvo” (C.1.18)	19 de março de 2014	O Estado de São Paulo	Marcelo Gomes
C.2.2	“Políciais envolvidos na morte de mulher no Rio têm prisão temporária decretada” (C.1.32) e “PMs que arrastaram mulher têm prisão decretada no Rio” (C.1.33)	23 de março de 2014	O Estado de São Paulo	Fábio Grellet
C.2.3	“Polícia faz reconstituição do crime de mulher arrastada” (C.1.40) e “Polícia reconstitui morte de mulher arrastada por viatura da PM no Rio” (C.1.41)	3 de abril de 2014	O Estado de São Paulo	Marcelo Gomes
C.2.4	“Governo do Rio fecha acordo com família de Claudia” (C.1.44) e “Governo do Rio acerta indenização com família de Claudia” (C.1.46)	9 de abril de 2014	O Estado de São Paulo	Roberta Pennafort
C.2.5	“Polícia indica 6 PMs em caso de mulher arrastada no Rio” (C.1.51) e “Polícia conclui inquérito e indica 6 por morte de mulher arrastada por PMs” (C.1.52)	12 de maio de 2014	O Estado de São Paulo	Agência Estado e Marcelo Gomes

Neste caso, o Estado de São Paulo demonstrou ser o único dos três veículos escolhidos a veicular conteúdos repetidos ou semelhantes dentro do periódico e um mesmo dia, como exemplificam as matérias que fazem parte do C. 2.1.

Figura 5 – Matéria “Cabral promete indenizar família de mulher arrastada”



Fonte: Veja a matéria C.1.17 no quadro I.

Figura 6 – Matéria “Se não fosse o vídeo, a morte de Claudia seria só mais uma, diz viúvo”



Fonte: Veja a matéria C.1.18 no quadro I.

Com relação às semelhanças entre as matérias “Cabral promete indenizar família de mulher arrastada” e “Se não fosse o vídeo, a morte de Claudia seria só mais uma, diz viúvo” (C.2.1), elas se encontram nos *leads* das matérias, que foram produzidas no mesmo dia e possuem a assinatura do jornalista Marcelo Gomes.

O ponto discutido sobre o uso desta estratégia é o fortalecimento do sentido criado por essas matérias. Pois, compreende-se que,

Os efeitos de sentido materializam-se nos textos que circulam em uma sociedade. Como o interdiscurso não é transparente nem, muito menos, o sujeito é a origem dos sentidos, ninguém consegue enxergar a totalidade significativa nem compreender todos os percursos de sentido produzidos socialmente. A coerência visível em cada discurso particular é efeito da construção discursiva: o sujeito pode interpretar apenas alguns dos fios que se destacam das teias de sentidos que invadem o campo do real social. O efeito de coerência e unidade de cada texto é construído por agenciamentos discursivos que controlam, delimitam, classificam, ordenam e distribuem os acontecimentos discursivos em dispersão[...] (GREGOLIN, 2007, p.15-16).

Através da análise das matérias como um todo, é possível afirmar que os dois textos possuem o mesmo sentido: informar sobre o encontro entre os familiares de Claudia e o governador do estado de Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Entretanto, as mudanças nas chamadas passam a sensação de renovação do conteúdo ou de um novo foco, o que não é real.

Enfim, nas matérias classificadas no quadro 2 (C.2), as mesmas estratégias de indução de mudança e conteúdo novo são utilizadas, uma vez que, deixa claro que o compromisso do jornal com seus leitores tem como foco principal o fator lucrativo, basicamente.

* O ponto C.2.5 é o único elemento em que os autores não são os mesmos.

4.1.3 Matérias de conteúdo semelhante entre os três jornais

O quadro 3 (C.3) desta monografia representa as matérias de conteúdos como lides, imagens, títulos, etc. semelhantes entre os jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo. Entre um dos principais motivos da construção deste quadro está argumentar sobre o agendamento de conteúdo que esses veículos realizam com base nos demais.

Quadro 3 - Matérias com conteúdos repetidos em diversos jornais (8)

Nº	Título das matérias	Data	Veículos (respectivamente)
C.3.1	“PM são presos após arrastar vítima de bala perdida na rua” (C.1.2) e “PMs que estavam em viatura que arrastou mulher no Rio são presos” (C.1.4)	17 de março de 2014	Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo
C.3.2	“Dilma diz que morte de mulher arrastada por PMs chocou o País” (C.1.8) e “Dilma diz que morte de Cláudia, arrastada por viatura, 'chocou o país'” (C.1.9)	18 de março de 2014	O Estado de São Paulo e O Globo
C.3.3	“Justiça decreta prisão de mais dois policiais envolvidos no caso Cláudia” (C.1.35) e “Juiz decreta prisão temporária de dois PMs que arrastaram mulher no Rio” (C.1.36)	27 de março de 2014	O Globo e Folha de São Paulo
C.3.4	“PMs envolvidos na morte de Cláudia Ferreira são denunciados por homicídio doloso e fraude” (C.1.58) e “PMs são denunciados por morte de mulher que foi arrastada” (C.1.59)	12 de março de 2015	O Globo e Folha de São Paulo

Como podem ser observadas nas matérias “PMs são presos após arrastar vítima de bala perdida na rua” (Folha de São Paulo, figura 7) e “PMs que estavam em viatura que arrastou mulher no Rio são presos” (Estado de São Paulo, figura 8) (C.3.1), as datas de publicação e os leads das matérias são os mesmos, basicamente. Sendo que a primeira notícia (C.1.2) consta como produção do jornal e a segunda (C.1.4), como de autoria do jornalista Marcelo Gomes.

Outros pontos podem ser apontados neste caso: a mudança de ordem direta para ordem indireta na frase e as ideias construídas com o uso de “após arrastar vítima de bala perdida na rua” e “estavam em viatura que arrastou mulher no Rio”. Com relação ao primeiro, compreende-se que a mudança na frase facilita a compreensão do motivo pelo qual os policiais estão sendo presos.

E as ideias construídas pelas mudanças no título são de justificação, inicialmente. Afinal, o primeiro título tende a transmitir a ideia de que Claudia foi arrastada por esses policiais, entretanto ela já havia sido vítima de bala perdida, o que até então não seria de responsabilidade dos policiais. Enquanto, o segundo título apenas afirma que eles estavam na viatura envolvida no crime.

Figura 7 – Matéria “PMs são presos após arrastar vítima de bala perdida na rua”

cotidiano barretos

Rio de Janeiro

PMs são presos após arrastar vítima de bala perdida na rua

DO RIO
17/03/2014 10h11 - Atualizado às 12h50

Compartilhar ~2,4 mil Mais opções

A Polícia Militar do Rio determinou nesta segunda-feira (17) a prisão de três policiais apontados como responsáveis por arrastar por 250 metros a auxiliar de serviços gerais Cláudia Silva Ferreira, 38, que, baleada, ficou pendurada na traseira do carro policial após ser socorrida e levada para o hospital.

De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde, Cláudia Ferreira já chegou morta à unidade. Os policiais são do 9º BPM (Rocha Miranda).

Mãe de quatro filhos, casada com um vigilante, Cláudia saiu de casa, na manhã de domingo (16), para comprar pão. No caminho até a padaria, ela foi surpreendida por uma troca de tiros entre policiais e traficantes da comunidade onde morava, o morro da Congonha, em Madureira.

“Trataram ela como um bicho. Nem o pior traficante do mundo deveria ser tratado assim”, disse o vigia Alexandre da Silva, 41, marido de Cláudia Ferreira.

PUBLICIDADE

Fonte: Ver a matéria C.1.2 no quadro I.

Figura 8 – Matéria “PMs que estavam em viatura que arrastou mulher no Rio são presos”

ESTADÃO

PMs que estavam em viatura que arrastou mulher no Rio são presos

MARCELO GOMES - O ESTADO DE S. PAULO
17/03/2014 10h09

Baleada em troca de tiros entre policiais e bandidos, na zona norte, Cláudia Silva Ferreira, de 38 anos, foi colocada no porta-malas de viatura, mas compartimento abriu e ela ficou presa ao parachoque

Atualizada às 21h30

RIO - A Polícia Militar do Rio determinou a imediata prisão administrativa de três PMs do 9º Batalhão (Rocha Miranda) que estavam na viatura que arrastou a auxiliar de serviços gerais Cláudia Silva Ferreira, de 38 anos, por diversas ruas da zona norte do Rio de Janeiro, na manhã deste domingo, 16. Dois subtenentes e um soldado estão presos. A corporação não divulgou os nomes dos policiais. Também foi instaurado um inquérito policial militar (IPM) para investigar o caso.

Moradora do Morro da Congonha, em Madureira, zona norte, a mulher havia sido baleada momentos antes, durante uma troca de tiros entre PMs e traficantes na favela. Os PMs, então, colocaram Cláudia no porta-malas de uma Blazer da corporação para levá-la ao Hospital Estadual Carlos Chagas, em Marechal Hermes, zona norte. No meio do caminho, a porta do compartimento abriu.

Fonte: Ver a matéria C.1.4 no quadro I.

Neste quadro, a estratégia discursiva de blindagem⁹ também se mostra evidente, uma vez que, as mesmas estruturas de informações estão sendo transmitidas e reforçadas por esses jornais. Basicamente, um exemplo de que “[...] todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas, um processo discursivo do qual se pode recortar e analisar estados diferentes” (ORLANDI, 2003, p.62).

Enfim, as demais matérias que compõem o quadro 3 (C.3) apresentam comparações de sentidos semelhantes e que se tornam mais evidentes quando envolvem a tipificação “mulher arrastada” e o termo “Caso Claudia”. (C.3.2; C.3.3 e C.3.4) Vale lembrar que todas as matérias foram analisadas por completo para a obtenção desta conclusão.

4.1.4 Matérias sem autoria identificada

A última análise é referente à porcentagem de matérias sem autoria identificada (tabela 1). Esse registro tem como objetivo demonstrar quantas vezes a estratégia de “não responsabilização” da produção e do sentido da notícia foi utilizada pelos jornais ao divulgar estas mesmas.

Tabela 1 - Matérias sem autoria identificada

Nº	Veículo	Nº total de matérias	Nº de matérias sem autoria*
C.4.1	Folha de São Paulo	16	9
C.4.2	O Estado de São Paulo	24	0
C.4.3	O Globo	19	14

⁹Sobre estratégia de blindagem, Silveira (2015, p.4) argumenta “A blindagem como operação discursiva consiste num “tour de force” em favor de um sentido favorável ao que se quer escudar, buscando-se abrigá-lo num ambiência privada daquelas violências que poderiam acatar prejuízos e ônus a determinados agentes. Trata-se de um esforço intelectual aplicado à articulação de procedimentos, visando a segurança determinados agentes e aqueles interesses a eles coligados”.

Com esta situação dentro do esquema de sentido produzido pela comunicação midiática através do Contrato de Comunicação proposto por Patrick Charaudeau (2006), torna-se fácil compreender a dimensão do problema.

Figura 9 – Contrato de Comunicação



Fonte: Elaboração da autora a partir de Charaudeau (2006).

De acordo com Charaudeau (2006, p. 73), na instância de produção ou midiática, “o jornalista – quaisquer que sejam suas especificações; generalista/ especialista, de escritório/ de campo, correspondente, enviado especial, etc. – não é o único ator, mas constitui a figura mais importante.” Pois, é através da visão dele que tem início a produção da notícia e do seu sentido.

Portanto, quando se depara com matérias sem autoria, percebe-se o desconhecimento da origem daquela matéria, nos quesitos gênero, idade, classe social, classe econômica, raça, etc. E acima de tudo, do sentido que aquele discurso irá produzir.

Afinal, compreende-se que,

Não é no dizer em si mesmo que o sentido é de esquerda ou direita, nem tampouco pelas intenções de quem diz. É preciso referi-lo às suas condições de produção, estabelecer as relações que ele mantém com sua memória e também remetê-lo a uma formação discursiva – e não outra – para compreendermos o processo discursivo que indica se ele é de esquerda ou de direita. Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas (ORLANDI, 2003, p.42).

4.2 A tipificação “A Mulher arrastada”

As tipificações surgem no âmbito social, uma vez que, ela é resultado de interações entre indivíduos em sociedade. Pois, segundo Peter L. Berger e Thomas Luckmann no livro *A construção social da realidade* (1985),

A realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos, sendo estabelecidos os modos como "lidamos" com eles nos encontros face a face. Assim, apreendo o outro como "homem", "europeu", "comprador", "tipo jovial", etc. Todas estas tipificações afetam continuamente minha interação com o outro (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.49).

Ainda sobre as tipificações, compreende-se que elas são mudadas constantemente pelos indivíduos no seu dia-a-dia através do contato com o ser tipificado. Entretanto, essas mudanças não se tornam possíveis quando as tipificações são criadas pela mídia, pois a interação entre aquele que lê a notícia e o indivíduo tipificado é nula.

Com base neste argumento, o uso da tipificação “mulher arrastada” utilizada pelos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo para se referir a Claudia Silva Ferreira é questionado. Afinal, compreende-se que o uso de tipificações é uma estratégia jornalística para garantir a preservação da identidade da vítima ou para generalizar o caso, pois a morte de Claudia não necessita de preservação.

Com relação ainda a questão de generalização, é preciso estar ciente que esta estratégia não foi utilizada no caso de João Hélio, garoto de classe médio, 7 anos, que teve seu corpo arrastado em um bairro nobre do Rio de Janeiro. E a partir de sua divulgação, um debate sobre a maioria penal teve início no Brasil.

É indiscutível que o Caso Claudia por ser produto da violência policial, deixa claro a necessidade de discutir sobre a desmilitarização da polícia. Entretanto, esta reflexão não recebeu atenção. Em primeiro lugar, por não ter sido problematizado pela mídia e segundo, pelo próprio uso da tipificação, que representa um descaso por parte dos jornais que a utilizaram. Servindo como um indicador de que o público para o qual as notícias dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo não são produzidas diretamente para essa população.

Afinal, é de característica deste termo, tornar anônimo aquele a quem lhe é referido. Neste caso, a vítima Claudia Silva Ferreira.

4.2.1 A tipificação e o esquecimento

De acordo com Berger e Luckmann (1985), “as tipificações da interação social tornam-se progressivamente anônimas à medida que se afastam da situação face a face. Toda tipificação naturalmente acarreta uma anonimidade inicial” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.50).

Por isso, é possível argumentar que o uso da tipificação “mulher arrastada” está ligada ao esquecimento do caso, dos envolvidos e/ou da própria vítima. Porque a assimilação da vítima ao caso é prejudicada ao primeiro contato. O que não aconteceria com os leitores do jornal O Globo, no qual o crime é tratado como o “Caso Claudia”.

Percebe-se assim, então, que a produção das matérias com esta tipificação levaram em consideração as características da vítima para determinar a importância do acontecimento e de que forma de ser criado o sentido de cada texto.

Pois, de acordo com Mikhail Bakhtin (1986, p.95), “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.” E o seu sentido está ligado a memória, que através da ligação de palavras marcantes ou nomes mantém as informações na mente.

O eventual ou possível esquecimento do caso Claudia deve-se então também a sua não problematização, que deveria ser expressa criticamente nos sentidos criados nas matérias. Mesmo sendo possível “[...] dizer que o sentido não existe em si, mas, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2003, p.42).

Enfim, há quem argumente que as coberturas jornalísticas realizadas no Caso Claudia e no Caso João Hélio são diferentes pelo simples fato de que a segunda vítima é uma criança. Entretanto, enquanto estas justificativas forem utilizadas e aceitas, mais indivíduos da população negra serão representados apenas como dados e suas mortes não serão lembradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo trabalha com representações da realidade e estas mesmas representações são responsáveis pela criação de estereótipos em nossa sociedade. Conseqüentemente, o processo de produção e divulgação das notícias, assim como a empresa e seus jornalistas são peças essenciais para que novos pontos de vista sejam criados todos os dias.

Em consideração a este ocorrido, o presente trabalho questiona a construção da representação de Claudia Silva Ferreira como a mulher arrastada nos jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo (RJ), pois este é um dos exemplos de como a mídia tradicional representa a população negra que habita áreas periféricas.

As condições sociais de Claudia (mulher negra, auxiliar de serviços gerais e moradora de favela) e sua relação com a mídia também são objetivados. Afinal, essas características influenciam diretamente na produção da notícia. E conseqüentemente, na sua problematização. O que torna perceptível o fato de que existe um grande descaso com esta população, decorrente do racismo e do preconceito que envolvem a nossa sociedade a muito tempo.

Portanto, o trabalho dividido em quatro capítulos cria em uma lógica que parte de um breve resumo da história do jornalismo no capítulo *O jornalismo no Brasil e suas estratégias*, passa pela história da população negra no Rio de Janeiro em *A população negra em sociedade*, apresenta o acontecimento e sua repercussão em o *Caso Claudia Silva Ferreira*. E dá início ao capítulo *A construção da representação de Claudia Silva Ferreira nos jornais analisados*, na qual são analisadas de forma sociosemiótica o material coletado, a tipificação a “mulher arrastada” e sua ligação com o esquecimento.

Objetivamente, esta monografia preza por um ponto de vista crítico dos estereótipos que envolvem o indivíduo negro, interferindo diretamente em suas relações em sociedade e em seu futuro. Como militante do Movimento Negro e acadêmica do curso de Comunicação Social, acreditei estar pronta para criticar e argumentar sobre a construção do caso de Claudia dentro do jornalismo. Entretanto, reconheço que, no início, o processo foi complicado. Pois, encontrar autores que falem sobre as representações da mulher negra, fora as ideias já disseminadas. Assim, como autores que fazem críticas a segurança no Rio de Janeiro e ao trabalho dos Policiais Militares é uma tarefa árdua. Mas que deveria ser realizada, para que houve uma reflexão de como a mídia tem sido seletiva em suas produções.

As dificuldades também estavam presentes no momento da coleta do material. Pois, tudo foi realizado manualmente durante uma semana, com o devido cuidado de hierarquizar os títulos por data, links e ideias. E na segunda verificação do material nos sites dos jornais, foi possível perceber que algumas matérias haviam sido excluídas. Então, o número de notícias sobre o caso para a realização da análise diminuiu. Mas, não a ponto de prejudicar este trabalho.

O caso em si também é um desafio. Afinal, é complicado analisar um material tão doloroso de forma imparcial. Sem deixar de pensar no quanto a tipificação “mulher arrastada” é desrespeitosa e ao mesmo tempo, que se trata de uma estratégia jornalística. As condições trágicas da morte de Claudia também são alarmantes e se torna impossível não pensar que mais jovens e mulheres negras estão morrendo nessas condições, por viverem naquele lugar e por serem representados como um perigo a sociedade.

Acredito então, que a ideia inicial de compreender os processos de produção jornalística e suas lógicas ligadas à população negra estão concluídas. E a partir deste trabalho, uma reflexão humanitária e social destas estratégias é apresentada. Pois, sempre esteve visível que o jornalismo determina o que é ou não noticiável. Entretanto, quando este tratamento é utilizado para valorizar os atos, vidas ou feitos de apenas uma população, o papel concientizador da mídia mostra-se falho. E o papel do jornalista como um ser informado que busca disseminar a verdade dos fatos transforma-se em uma mentira.

Em suma, este trabalho busca lembrar que o jornalismo é feito por pessoas, que podem humanizar e problematizar as mortes causadas pela militarização policial, assim como justificar estes acontecimentos, afim de eufemizar e transformar suas vítimas em simples dados estatísticos. E qualquer uma destas escolhas criará consequências boas ou ruins em sociedade. Tornará seus indivíduos críticos e empáticos ao apontar a vida de alguns indivíduos como mais importante do que a vida de outros ou não. Afinal, o jornalismo e a mídia ainda detêm influencias sob a criação de opiniões ao produzirem diariamente representações em nossa sociedade. E o uso de um poder como este deve ser repensado sempre.

REFERÊNCIAS

BAKTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

BACCEGA, M. A. Os estereótipos e as diversidades. In: **Revista Comunicação e Educação**. São Paulo: USP, p.7-14, set./dez. 1998.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade** – Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BORGES, R. C. da S.; BORGES, R. (orgs) **Mídia e racismo**. Brasília: ABPN, 2012.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

FONTANILLE, J. **Semiótica do Discurso**. Tradução: Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2008.

GARCIA-MARQUES, L. **Influência social**. Disponível em: <<http://home.fmh.utl.pt/~pnoriega/teaching/pst/matpst/files/InfSocial.pdf>> Acesso em: 7 ago 2015

GONÇALVES, A. B. R.; NASCIMENTO, D. A. do. Favela, espaço e sujeito: uma relação conflituosa. In: **Revista IPOTESI** – Revista de estudos literários, Juiz de fora, v.15, jul./dez. 2011, p.51-62.

GREGOLIN, M. do R. **Análise do discurso e mídia**: a (re)produção de identidades. In: **Revista Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo: ESPM, v.4, n. 11, nov. 2007.

HOHLFELDT, A. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C. e FRANÇA, V. V. (orgs) **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001, p. 203-221.

INSTITUTO LUIZ GAMA. **Sobre Luiz Gama**. São Paulo, 2005-2011. Disponível em: <<http://institutoluizgama.org.br>> Acesso em 22 dec. 2015.

JACCOUD, L. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (org.) **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008, p. 45-64.

LANDOWSKI, E. **Sociosemiótica**: uma teoria geral do sentido. Galaxia: São Paulo, n. 27, p.10-20, jun. 2014.

MORAES, Fabiana. **No país do racismo institucional**: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

OSORIO, R. G. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, M. (org.) **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008, p.65 -95.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003.

PINTO, L. A. C. O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudanças. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

RAMOS, S. **Criminalidade, segurança pública e respostas brasileiras à violência**. Disponível em: <[http://www.observatorioseguranca.org/pdf/01%20\(11\).pdf](http://www.observatorioseguranca.org/pdf/01%20(11).pdf)> Acesso em: 28 out. 2014.

_____ ; MUSUMECI, L. **“Elemento suspeito”**. Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/boletim08.pdf>> Acesso em: 28 de outubro de 2014.

RODRIGO ALSINA, M. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVEIRA, A.C.M. Blindagem Midiática: o questionamento comunicacional da mediação jornalística. **SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Campo Grande, nov. 2015.

SOARES, S. A trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa dos negros no Brasil. In: THEODORO, M. (org.) **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008, p.119.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, M. (org.) **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008, p.15-43.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses: MDT**. 8ª ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012.

VAZ, P.; RONY, G. **Experiência urbana e narrativas de crime**. In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília: E-compós, v.11, n.1, jan./abr. 2008.